

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



Dissertação

**Mulheres, narrativas, grafias e memórias: Uma etnografia do
Grupo Cidadania e Vida**

Maria Luiza Rossano Garcia

Pelotas, 2021

Maria Luiza Rossano Garcia

**Mulheres, narrativas, grafias e memórias: Uma etnografia do
Grupo Cidadania e Vida**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Linha de Formação: Antropologia Social e Cultural, da Universidade Federal de Pelotas, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Dr. Rafael da Silva Noletto

Pelotas, 2021

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael da Silva Noletto (Orientador)

Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, USP.

Prof.^aDr.^a. Loredana Marise Ricardo Ribeiro

Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, USP.

Prof.^aDr.^a. Gleicy Mailly da Silva

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, USP.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos meus pais que foram os grandes incentivadores, não só da minha entrada nessa jornada, mas também da minha permanência e conclusão.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGANT/UFPEL).

A CAPES e ao PRPPGI pela bolsa de pesquisa que proporcionou a minha permanência no campo de pesquisa, conseqüentemente, no mestrado em uma Universidade Pública.

Ao, meu orientador, Prof. Rafael Noletto, por abraçar esta pesquisa etnográfica no meio do caminho, compartilhando suas vivências acadêmicas e assim, contribuindo positivamente para a existência do presente estudo e pelas sábias palavras de conforto em momentos de incertezas e angústias.

Aos colegas de sala de aula do PPGANT, especialmente a Ediane, Catiane, Pierre e ao Alef, pelas trocas, saberes e sentimentos compartilhados que foram importantes na minha decisão de permanência no mestrado.

À banca de qualificação, formada pela Prof.^a Loredana Ribeiro e Prof.^a Gleicy Mailly da Silva pelas leituras e considerações de suma importância para melhoria da presente pesquisa. Assim como, o aceite de ambas para compor a banca final de avaliação da dissertação.

A todas as interlocutoras com quais tive contato durante o trabalho de campo. Especialmente, a Dona Ana, ex-coordenadora do Grupo Cidadania e Vida que mesmo com suas limitações de saúde se dispôs a colaborar incansavelmente para que esse trabalho fosse possível.

“Ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos”.

[bell hooks]

Resumo

GARCIA, Maria Luiza Rossano. **Mulheres, narrativas, grafias e memórias: Uma etnografia do Grupo Cidadania e Vida**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Este trabalho pretende ser um estudo do Grupo Cidadania e Vida, situado no município de Pelotas, no Rio Grande do Sul. O grupo é um empreendimento de economia solidária localizado no bairro areal de Pelotas – nos fundos da Comunidade Católica Sagrada Família, que busca inclusão produtiva e engajamento em espaços de convivência, através da produção e comercialização de sabões de cozinha e sabonetes ecológicos. Fazem parte do grupo, mulheres em situação de vulnerabilidade social, majoritariamente negras, de faixa etária variada e que moram em bairros periféricos da cidade. Neste contexto, com discussões sobre a interseccionalidade entre raça, classe e gênero e estudos sobre identidade a partir de feministas negras e autores decoloniais, a etnografia aborda através do método etnográfico – a história e trajetória do Grupo Cidadania e Vida desde seu surgimento até os dias atuais e discorre, especialmente, sobre a história de vida da sua ex-coordenadora – Dona Ana.

Palavras-chave: Mulheres negras; interseccionalidade; etnografia.

Abstract

GARCIA, Maria Luiza Rossano. **Women, narratives, spellings and memories: An ethnography of the Citizenship and Life Group.** Dissertação (Master degree in Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

This study aims to be a study of the Citizenship and Life Group, located in the city of Pelotas, Rio Grande do Sul. The group is a solidarity economy enterprise located in the beach neighborhood of Pelotas - in the funds of the Holy Family Catholic Community, which seeks productive inclusion and engagement in living spaces, through the production and marketing of environmentally friendly kitchen soaps and soaps. They are part of the group, women in social vulnerability, mostly black, of varied age group and who live in suburban neighborhoods of the city. In this context, with discussions on the intersectionality between race, class and gender and studies on identity from black feminists and decolonial authors, ethnography addresses through the ethnographic method - the history and trajectory of the Citizenship and Life Group from its inception to the present day and discusses, especially, the life history of its former coordinator - Dona Ana.

Keywords: Black women; intersectionality; ethnography.

Lista de Figuras

Figura 1 - Oficina de formação histórica da sociedade brasileira na Comunidade Católica Sagrada Família em 2017	12
Figura 2 - Localização do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.....	15
Figura 3 - Sabões e sabonetes ecológicos produzidos pelo grupo	18
Figura 4 - Evento de inauguração da Feira Bayo - Um novo Caminho	33
Figura 5 - Quadro de entrada fazendo referência ao nome da feira.....	34
Figura 6 - Autora, juntamente com os integrantes da Feira Solidária Bayo – Um novo caminho no evento de inauguração.....	35
Figura 7 - Logo oficial da Feira.....	35
Figura 8 - Imagem do perfil do WhatsApp do Grupo Cidadania e Vida.....	40
Figura 9 - Primeiro registro do grupo, com o nome "Cidadania e Vida" em 1994 em um evento da pastoral social da Igreja Nossa Senhora da Luz, primeira sede do grupo, localizada no centro de Pelotas/RS	42
Figura 10 - Igreja Nossa Senhora da Luz - Pelotas, Rua Padre Anchieta, 3553 A - Centro, Pelotas - RS	43
Figura 11 - Grupo Cidadania e Vida expondo seus artesanatos em um evento beneficente da igreja católica em 1996	46
Figura 12 - Brechó beneficente na Igreja Nossa Senhora da Luz, para arrecadar fundos financeiros, promovido pelas integrantes do Grupo Cidadania e Vida em 1997.	46
Figura 13 - Grupo Cidadania e Vida produzindo artesanatos para vender no Natal em 1998.	47
Figura 14 - Grupo Cidadania e Vida expondo seus produtos em um evento da igreja católica em, 2000	47
Figura 15 - Grupo Cidadania e Vida expondo seus produtos na feira, novembro de 2003	51
Figura 16 - I Feira Regional Sul de Economia Solidária em Pelotas, novembro de 2003	51
Figura 17 - Bancas expositoras na Feira.....	52
Figura 18 - Certificado de participação da Feira.....	52

Figura 19 - Atual localização da sede do Grupo Cidadania e Vida no mapa de Pelotas/RS	56
Figura 20 - Entrada da Comunidade Católica Sagrada Família	56
Figura 21 - Entrada do local de trabalho do grupo, como sinalizada na foto....	57
Figura 22 - Fogão de duas bocas utilizados para a produção do sabão e sabonete ecológico	58
Figura 23 - Atual coordenadora do grupo, Marilda	59
Figura 24 -Sabão de cozinha ecológico pronto para comercialização	61
Figura 25 - Estoque de sabões e sabonetes ecológicos. Fonte: Acervo pessoal, 2020.	62
Figura 26 - Sabão de cozinha ecológico em processo de produção	63
Figura 27 - Sabonete ecológico de canela em processo de produção.....	64
Figura 28 - Grupo Cidadania e Vida participando de um evento em frente à catedral de Pelotas promovido pela Feira Solidária Bayo - Um novo caminho em 2019	66
Figura 29 - Produtos sendo comercializados na Feira Solidária Bayo - Um novo Caminho em 2019	67
Figura 30 - Grupo Cidadania e Vida expondo seus artesanatos na Feira Bem da Terra em frente à UCPEL em 2011	67
Figura 31 - Dona Ana lendo seu memorial descritivo, escrito como requisito obrigatório ingressar no mestrado em Educação na FURG, em 2001.....	68
Figura 32 - Dona Ana lendo suas anotações sobre sua história de vida.....	70
Figura 33 - Dona Ana com a integrante do Grupo Cidadania e Vida - Maria Elinara, na Feira Solidária Bayo em 2018	74

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização das mulheres integrantes do Grupo Cidadania e Vida.	60
Tabela 2 - Relação monetária dos produtos.	64

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1: Mulheres negras e identidade: Reflexões teóricas como pesquisadora negra e construção do percurso etnográfico	22
1.1 Interseccionalidade e contexto de pesquisa	22
1.2 Problematização das identidades a partir da dimensão pós-colonial	25
1.3 Intelectuais negras e suas contribuições	28
1.4 Construção do percurso etnográfico: Fazendo etnografia na pandemia	30
1.4.1 O início do percurso	31
1.4.2 Ingressando no campo de pesquisa	38
Capítulo 2: Grupo Cidadania e Vida: personagens e grafias: narrativas de uma história	42
2.1 Grupo Cidadania e Vida – Marcos importantes	42
2.2 Projetos	54
2.3 Grupo Cidadania e Vida – Atualmente	55
2.3.1 As integrantes	59
2.3.2 A produção e produtos	61
2.3.3 As feiras	66
2.4 Dona Ana, a ex-coordenadora	68
Considerações Finais	75
Referências Bibliográficas	78
Anexos	83

Introdução

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.” Angela Davis



Figura 1 - Oficina de formação histórica da sociedade brasileira na Comunidade Católica Sagrada Família em 2017. Fonte: Acervo pessoal.

O tema ao qual me propus esmiuçar no curso de Mestrado em Antropologia Social e Cultural, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPEL dialoga com a minha formação anterior em Serviço Social. Durante minha graduação, deparei-me com diversas produções acadêmicas que versavam sobre feminismo negro e a resistência das mulheres negras, além de ter trabalhado com professores de suma representatividade negra e que militam no movimento negro em Pelotas. Logo, o vínculo que, oficialmente, me ligava a essa temática dizia muito sobre o outro(a) e, também, sobre mim, como mulher negra. Todavia, a maior parte da formação que obtive sobre essa problemática ocorreu em conversas informais, cafés e, até mesmo, para não faltar honestidade, nos bares universitários, que dão fama à cidade de Pelotas.

Não obstante, vale ressaltar aqui, o quão se faz necessário, em tempos difíceis que estamos vivendo, nos aproximarmos daquilo que acreditamos. Isso quer dizer muito sobre este trabalho, o qual busca trazer dados sobre uma pesquisa etnográfica, como também ensinamentos, vivências, memórias e, principalmente, dissertar sobre a resistência negra. Foi a partir de reflexões como

essas que me despertou a vontade de produzir um estudo sobre o Grupo Cidadania e Vida.

Há 4 anos, em uma segunda-feira, na Comunidade Católica Sagrada Família, localizada no bairro Areal de Pelotas, acontecia meu primeiro contato com o Grupo Cidadania e Vida. Lembro que eram, mais ou menos, duas horas da tarde, de um dia bastante escuro e chuvoso, quando cheguei à comunidade. Nessa ocasião, fui até lá como estagiária do Curso de Serviço Social, com a missão de ministrar uma oficina multidisciplinar sobre a formação histórica da sociedade brasileira a partir de uma perspectiva decolonial, para as integrantes do Grupo Cidadania e Vida e do Grupo Caridade¹. O projeto idealizado pela Cáritas Arquidiocesana de Pelotas² tinha como objetivo a formação/construção de sujeitos políticos³ em grupos identificados com a perspectiva da economia solidária dentro da Arquidiocese de Pelotas⁴. Estavam presentes neste dia em torno de dez mulheres negras e um homem negro e, entre eles, estava a Dona Ana, ex-coordenadora do grupo, sobre a qual irei posteriormente discorrer sobre sua história/trajetória ao longo deste trabalho. A Dona Ana, assim que vou me referir a ela no presente trabalho, tem 82 anos, nasceu em Canguçu/RS e mora em Pelotas desde criança. Ela foi fundadora do Grupo Cidadania e Vida e atuou nele entre 1963 e 2018 como coordenadora. Atualmente, a Dona Ana afastou-se do grupo por causa de problemas de saúde.

Em um dos momentos da minha fala sobre o meu processo de inserção como uma mulher negra em uma universidade particular, majoritariamente branca, notei que algumas mulheres que estavam ali presentes começaram a ficar inquietas, cochichando umas com as outras. Elas deram a entender que não compreendiam o porquê da diferenciação existente na sociedade brasileira entre a mulher branca *versus* mulher negra. Foi quando percebi que cada uma das integrantes do grupo possuía um entendimento diferente sobre gênero e,

¹ Este grupo faz parte da Comunidade Católica Sagrada Família, onde os integrantes produzem artesanatos, tricôs e crochês para vender em eventos beneficentes da igreja católica a fim de arrecadar fundos para a mesma.

² A Cáritas Arquidiocesana de Pelotas faz parte de uma rede de solidariedade e pela sua essência é uma entidade de transformação social que, há mais de 54 anos, a Instituição como um organismo da Igreja Católica, articula a Ação Social da Arquidiocese. Disponível em: <https://www.facebook.com/caritaspel/>

³ O sujeito político é compreendido como algo construído a partir do discurso de expressão, aliança e coalizões, em um contexto político específico. (PRADO; TONELI, 2013)

⁴ Para mais informações sobre a Arquidiocese de Pelotas. Disponível em: <https://www.arquidiocesedepelotas.org/>

notoriamente, sobre raça. Esses entendimentos são, de certa forma, baseados em discursos racistas e machistas que se estruturam em nossa sociedade, no entanto, são discursos que, mulheres negras como eu, vivenciamos e sentimos na pele todos os dias.

Sou uma mulher negra, nascida em Curitiba/PR e criada em Pelotas/RS, extremo sul do Brasil, por pais adotivos, sem irmãos. Cresci em uma família branca que me protegia, diariamente, das experiências de racismo que eu poderia vir a sofrer e sofri, mas, acima de tudo, uma família amorosa e compreensiva. Na infância, passei por vários episódios de racismo, principalmente, no âmbito escolar, os quais me possibilitaram sentir na pele o que é ser uma criança negra em uma escola, majoritariamente, branca. Fui compreender, posteriormente à infância, ainda na adolescência, que episódios de racismo iriam ainda ser recorrentes em outros espaços, como ocorreu na universidade, no trabalho e em entre outros locais, sendo reflexos da desigualdade racial que existe até os dias de hoje.

A partir do contexto acima, vale ressaltar alguns pontos sobre o município de Pelotas, o qual se localiza no Estado do Rio Grande do Sul, na região Sul do Brasil (Figura 2). Os negros vieram para o Brasil durante o período colonial, sendo que muitos acabaram vindo para o Rio Grande do Sul. Na cidade de Pelotas havia a necessidade de mão-de-obra para trabalhar na produção de charque, em estâncias chamadas de Charqueadas, e os negros acabaram sendo traficados para esse propósito. Os negros viviam em situações desumanas, por isso, inúmeras fugas ocorreram e houve a formação de quilombos em locais de difícil acesso e captura (CAMARGO, 2015). O crescimento econômico do município aconteceu com base em atividades agropastoris e na produção de charque, as quais eram alicerçadas pelos escravos (MONQUELAT, 2014). Antes da abolição ocorriam inúmeras violências físicas e, no período pós-abolicionista, elas continuaram a acontecer, mas de forma moral e, muitas vezes, explícita. Atualmente, o racismo e a discriminação ainda ocorrem, mesmo que, muitas vezes, seja de forma velada.



Figura 2 - Localização do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Fonte: ABREU, 2006.

Para a autora Sueli Carneiro (2003), o racismo como classificação social estabelece a inferioridade social dos grupos negros, em geral, das mulheres negras em particular, e privilegia as mulheres brancas, além disso, também é um fator de divisão nas lutas das mulheres. Ao longo da história, as vulnerabilidades, como a discriminação relacionado ao gênero, têm gerado desigualdades sociais, as quais se refletem no mercado de trabalho brasileiro, por exemplo. A luta das mulheres negras contra a opressão racial e de gênero tem destacado novos contornos através de ações políticas feministas e antirracistas, o que tem enriquecido a discussão das questões de gênero e raciais na sociedade brasileira.

Dentro do Movimento Feminista Brasileiro, entre as décadas de 1980 e 1990, surgiu uma pluralidade étnica, cultural e de classe, esse fato culminou em uma fragmentação do movimento em vários grupos de mulheres (DAMASCO, 2009). No contexto das mulheres negras, uma das críticas era que, na época, os movimentos sociais não abordavam, de forma conjunta, as pautas de gênero e raça. Isso fez com que ativistas negras se juntassem e fundaram uma nova vertente dentro do movimento, chamado de Feminismo Negro (CARNEIRO, 1988; ROLAND, 2000).

Este movimento foi essencial para os debates a respeito das opressões sofridas pelas mulheres negras, pois as pautas e debates objetivam a desconstrução e a quebra de padrões naturalizados na sociedade. Esses padrões posicionam as mulheres negras em um grupo socialmente inferiorizado e que, conseqüentemente, sofre maior violência (ASSIS, 2018). Dentro da luta feminista, há um interesse coletivo contra opressões como machismo, racismo, sexismo e desigualdade social e os movimentos sociais se organizam, fortemente, contra essas questões (VASCONCELOS *et al.*, 2021). Por esses motivos, os grupos formados por mulheres negras são fundamentais, pois seus objetivos seguem as mesmas linhas de pautas e lutas, além de que compartilham vivências similares relacionadas às opressões da sociedade.

Dentro deste contexto, está o Grupo Cidadania e Vida, o qual é composto, majoritariamente, por mulheres negras que vivem em vulnerabilidade social e que visam à inclusão produtiva através dos princípios da economia solidária e/ou engajamento em espaços de convivência. A Economia Solidária é considerada um modo de produção alternativo ao capitalismo, e, também, é um movimento social, onde o ganho financeiro não é a única finalidade. Também envolve a harmonia entre a área social, política e econômica, interligada à igualdade, a cidadania e rejeitando um meio de sistema exploratório. (LEAL; RODRIGUES, 2018). Esta economia se articula por meio de fatores humanos, beneficiando o relacionamento entre os envolvidos, onde é valorizado o laço social através da reciprocidade e de ações comunitárias (ALEIXO, 2014).

O Grupo Cidadania e Vida se constituiu em maio de 1963, quando o Padre José Schramm, já falecido, pároco da Igreja Nossa Senhora da Luz, localizada no bairro Porto da cidade de Pelotas/RS, fundou o grupo nos fundos da igreja, inicialmente nomeado como “Grupo das Carentes”. A intenção era de realizar o atendimento pastoral e fazer ações sociais voltadas à assistência da população (homens e mulheres) em situação de vulnerabilidade social, preocupando-se com questões ligadas à habitação, educação, saúde e trabalho, assim sendo um grupo de amparo social por mais de trinta anos (GRUPO CIDADANIA E VIDA, 2016).

Na década de 1990, o modelo socioeconômico do país causou uma diminuição do mercado consumidor e uma crescente margem de desemprego. Com a globalização, a fome, miséria e violência foram algumas das

consequências drásticas, atingindo uma grande parcela da população brasileira, como também o grupo. Como reflete Boaventura de Santos (2002) em sua obra “*Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*”, o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses. Também ocasiona uma desigualdade imensa entre países ricos e pobres, acentuando, assim, “os altos índices de pobreza que nos últimos tempos têm afetado especialmente as mulheres, que são as primeiras vítimas do desemprego e da precarização das relações de trabalho” (OLIVEIRA, 2008, p. 327).

A partir de 1994, com sede ainda junto a Igreja Nossa Senhora da Luz, as integrantes que faziam parte do grupo, descontentes com as ações assistencialistas oferecidas pela igreja, passaram a adotar o nome de Grupo Cidadania e Vida e tomaram um posicionamento diferente. Contudo, com o apoio da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas, começaram a produzir artesanato, tricô, crochê e posteriormente, sabões em barra e sabonetes ecológicos para construírem a própria independência do grupo e alinhar-se aos princípios da economia solidária (GRUPO CIDADANIA E VIDA, 2016). Para Paul Singer (2002), um dos principais expoentes que trabalha com esta temática no Brasil, define a economia solidária como, “(...) um modo de produção que se constitui ao lado do modo de produção capitalista, da pequena produção de mercadorias, da produção estatal, da produção privada sem fins de lucro (...)” (p. 22).

Atualmente, o Grupo Cidadania e Vida encontra-se com sede na Comunidade Católica Sagrada Família, localizada no bairro Areal, sendo composto em sua maioria por mulheres⁵ negras, de faixa etária variada, baixo grau de escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Elas se reúnem duas vezes por semana, nas segundas-feiras e quintas-feiras, além de eventuais encontros de acordo com as demandas de trabalho. O grupo produz sabão em barra e sabonetes ecológicos (Figura 3) de Babosa, Maracujá e Canela, entre outros, sendo esses compostos, em sua maioria, por matéria prima natural junto a óleo de cozinha reutilizado.

⁵ Atualmente, fazem parte do grupo, apenas mulheres, no entanto, homens também podem fazer parte do grupo, mas não há procura há muitos anos, como relata a coordenadora em entrevista realizada durante o trabalho de campo (2020).



Figura 3 - Sabões e sabonetes ecológicos produzidos pelo grupo. Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Assim, a dissertação aqui apresentada, pretende ser uma etnografia do Grupo Cidadania e Vida (1963-2021), trazendo também um pouco da trajetória de uma mulher negra de grande importância para o grupo e para o presente trabalho, que se tornou a principal interlocutora desta pesquisa, a ex-coordenadora do grupo, Ana Maria Soares da Silva, conhecida como Dona Ana. Tanto o Grupo Cidadania e Vida quanto Dona Ana são retratos importantes na construção social como sujeitos políticos na cidade de Pelotas/RS.

A pesquisa etnográfica traz contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em especial para estudos que têm como foco as desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sócio-interacionais (MATTOS, 2011). O objetivo da etnografia é conseguir uma descrição completa sobre o que um grupo específico de pessoas faz e qual a percepção que esses indivíduos têm sobre as suas ações. Essas percepções se apresentam como estruturas inter-relacionadas, em diversos níveis de interpretação (OGBU, 1981). Segundo Mattos (2011), é objetivo do etnógrafo:

O etnógrafo, utilizando uma teoria crítica de análise aliada à abordagem etnográfica, procura identificar o significado nas relações sociais de classe, etnia, linguagem, gênero, e a cena imediata onde estas relações se manifestam. (MATTOS, 2011, p. 56)

A metodologia desperta para um diálogo etnográfico a partir das narrativas biográficas. A biografia etnográfica se expressa no sentido de esclarecer a experiência pessoal e a percepção cultural – recomendando-se repensar a relação entre subjetividade e objetividade e entre pessoa e cultura. Ao conceituar biografias nacionais em nossas pesquisas, procuramos expressar as potencialidades e os conflitos de reflexão neste campo a partir dos relatos biográficos de cada interlocutor. A proposta procura, necessariamente, problematizar os fatores que distinguem o individual e o coletivo e os fatores que os conectam. Cada uma delas começa a se refletir em sua individualidade e não falta o entendimento de que essas narrativas têm algo em comum, pois são expostas na perspectiva de um mesmo ambiente social e cultural e posições inter-relacionadas (GONÇALVES, 2012).

A proposta apoia-se em que todas as integrantes que compõem o grupo sejam envolvidas na composição desta pesquisa etnográfica, com base no argumento de Eckert e Rocha (2013), nos quais o método etnográfico indica uma ética de inter-relação, construída sobre a relativização dos pressupostos da pesquisadora e da reciprocidade cognitiva, mediada pela convivência consentida pelo grupo a ser estudado. Assim sendo, a pesquisa, por apresentar uma abordagem qualitativa, recorre-se às afirmações de Bauer e Gaskell (2002, p. 65), quando colocam que “o primeiro ponto de partida é o pressuposto de que o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram” e compreender que as relações humanas perpassam por um “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 1994, p. 21-22).

A antropóloga Cláudia Fonseca (2000) denota que o método etnográfico se torna um instrumento importante para a compreensão intelectual de nosso mundo. Partindo deste conjunto de argumentos apresentados até então sobre a pesquisa etnográfica – a autora complementa dizendo que:

Este método de reunir partículas [...] requer do pesquisador boa dose de paciência (para registrar tantas coisas aparentemente inúteis) e coragem (para construir modelos lindamente equilibrados a partir de fragmentos da vida social minada de contradições e ambivalências). Indo além das falas, apostando na observação das práticas sociais, nossa abordagem apoia-se menos na linguagem normativa dos ritos do que na lógica informal da vida cotidiana inscrita no fluxo de comportamentos (FONSECA, 2000, p. 9).

No discorrer da pesquisa, com o intuito de auxiliar as análises e interpretações, foi utilizado um diário de campo, preenchido durante os períodos de observações realizadas, ali sendo, também, o lugar onde coloquei minhas indagações, angústias, sensações que o campo me proporcionou enquanto etnógrafa. Como o antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1989) descreveu em seu trabalho "Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da Cultura ", a etnografia não trata apenas de construir relações, selecionar informantes, transcrever textos, criar genealogias, desenhar campos, manter diário de pesquisa, "o que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma "descrição densa" (GEERTZ, 1989, p. 15).

Geertz aponta que:

[...] a etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, inexplicitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar [...] (GEERTZ, 1989, p. 20).

Igualmente, o autor afirma que "fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos (...)" (GEERTZ, 1989, p. 20). "Importam não só o encontro intersubjetivo (pesquisador/informantes), mas também o contexto do encontro histórico em si e a explicitação do(s) processo(s) de construção de interpretações" (ECKERT; ROCHA, 2013, p. 113).

Dentro desse contexto, portanto, esta pesquisa etnográfica busca investigar a história e trajetória do Grupo Cidadania e Vida e de sua ex-coordenadora, Dona Ana, com objetivo de registrar os modos pelos quais esses sujeitos percebem suas relações e as suas condições materiais de existência, refletindo a partir de produções teóricas de mulheres negras e autores(as) decoloniais. A autora Suely Kofes (1994) destaca que o uso de histórias de vida na antropologia costuma responder a diversas questões, sendo uma ferramenta básica para compreender e analisar as relações sociais, os processos culturais e suas formulações, sendo sempre uma combinação entre atores individuais e sociais – experiências – subjetividades e objetividades.

Neste contexto, além da introdução, este trabalho se divide em 2 capítulos. O capítulo 1, intitulado “*Mulheres negras e identidade: Reflexões teóricas como pesquisadora negra e construção do percurso etnográfico*”, aborda o referencial teórico, a partir de autoras feministas negras e autores decoloniais, relacionando com o contexto da temática do trabalho, assim como as orientações metodológicas do percurso etnográfico realizado para ingressar no campo de pesquisa. No capítulo 2, intitulado “*Grupo Cidadania e Vida: personagens e grafias: narrativas de uma história*”, é apresentada a história e trajetória do Grupo Cidadania e Vida, os projetos, as integrantes, as produções, entre outros temas, além da apresentação da história de vida da Dona Ana, ex-coordenadora do grupo.

Capítulo 1: Mulheres negras e identidade: Reflexões teóricas como pesquisadora negra e construção do percurso etnográfico

1.1 Interseccionalidade e contexto de pesquisa

Torna-se necessário para o presente estudo, adentrar-se na abordagem interseccional, pois ela possibilita o desvendamento dos problemas enfrentados pela população negra, especialmente as mulheres, que são colocadas diariamente em desvantagem social. Esse recurso teórico-metodológico tem uma missão política essencial para combater o racismo e o sexismo presentes em todos os âmbitos sociais no Brasil, configurando, assim, nosso pressuposto para compreender a hierarquização social presente nas diversas esferas da sociedade e suas interconexões perante as questões de gênero, raça e classe (PEREIRA, 2015).

Para Crenshaw (2002),

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (p. 177).

Igualmente, a autora Avtar Brah (2006) em defesa de uma abordagem interseccional, aponta que as “interconexões entre racismo, gênero e classe devem ser construídas (...) como relações historicamente contingentes e específicas a determinado contexto” (p.353). A partir disso, com ênfase em uma reflexão sobre marcadores de diferenças e identidades, Brah (2006) contribui para esta pesquisa quando diz:

Em lugar de embarcar na tarefa complexa, mas necessária, de identificar as especificidades de opressões particulares, entendendo suas interconexões com outras formas de opressão, e construir uma política de solidariedade, algumas mulheres começaram a diferenciar essas especificidades em hierarquias de opressão. [...] Opressões múltiplas passaram a ser vistas não em termos de seus padrões de articulação, mas como elementos separados que podiam ser adicionados de maneira linear, de tal modo que, quanto mais opressões uma mulher pudesse listar, maior sua reivindicação a ocupar uma posição moral mais elevada (p. 348).

Sendo assim, o conceito de interseccionalidade é utilizado para referir-se à forma pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades. Para

Crenshaw (2002), o sistema machista, racista e sexista, produz opressões e o desempoderamento. No entanto, a interseccionalidade de raça, classe e gênero pode ser utilizada não somente para enfatizar uma dimensão negativa deste contexto, mas pode, também, para pensar a emancipação e a mobilização política.

A discriminação com as mulheres negras pode assumir várias formas, nesse contexto, Crenshaw (2012) propõe duas categorias para a interseccionalidade: a estrutural e a política. A estrutural é onde ocorre a somatória de gênero, raça e das variadas formas de violência conjugal, já a política, tem como resultado a marginalização sobre as violências sofridas pelas mulheres negras. Entretanto, atualmente, a interseccionalidade recebe críticas por pesquisadoras, pois é preciso incluir temas essenciais como sexualidade, classe, religião, etnia, entre outros, sem que haja uma hierarquização da raça e gênero (HIRATA, 2014). Carneiro (2003) afirma que as mulheres negras sempre foram tratadas desigualmente pelas políticas públicas, as quais ignoravam suas especificidades. Essas situações precisam ser denunciadas e modificadas, em todos os âmbitos da sociedade e, inclusive, no meio de trabalho.

Em suma, o preconceito racial transpassa a realidade vivida pelas mulheres negras que pertencem a empreendimentos de economia solidária, não sendo diferente, no Grupo Cidadania e Vida. No entanto, a vivência em grupo explicita a intersecção entre os marcadores sociais de gênero, etnia e classe, assim como a possibilidade de desenvolver uma postura afirmativa, de autovalorização e empoderamento das mulheres negras que passam por vulnerabilidade social e que, historicamente, têm sido triplamente discriminadas (LOURO, 1997).

Singer (2002) ainda contribui com a seguinte reflexão:

Foram estigmatizados por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos/as, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados/as e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo (SINGER, 2002, p. 27).

O racismo e a discriminação são problemas sérios e presentes socialmente, devido a determinadas imposições de padrões eurocêtricos que vão se naturalizando em nossa sociedade ao longo do tempo. Os autores Grossi

e Aginsky (2001) relatam que as opressões contra as mulheres se encontram presentes em todas as classes sociais, mas ela ocorre de maneiras distintas entre os segmentos sociais mais vulneráveis, principalmente, as mulheres negras. O viés racial que está subentendido na prática do racismo com as mulheres negras, desde a época colonial, pode ser compreendido por meio de práticas subjetivas de discriminação e preconceito. Thereza Cristina Gosdal, discorre sobre esse assunto:

A discriminação pode assumir feições diversas, efetivando-se direta ou indiretamente, ou consolidando-se em ações positivas. A discriminação direta é aquela pela qual o tratamento desigual funda-se em critérios proibidos. É, por exemplo, a não contratação de empregados negros. A discriminação indireta é a que tem uma aparência formal de igualdade, mas que em verdade cria uma situação de desigualdade. É o caso, por exemplo, da instituição de um adicional de remuneração a uma determinada função, ocupada exclusivamente por homens. (GOSDAL, 2003, p. 94-95)

Gosdal (2003), usa como exemplo de discriminação que ocorre âmbito do mercado de trabalho e é visto que as mulheres negras estão no grupo social com o menor nível educacional e jornada de trabalho mais extensa, porém, ter a maior jornada de trabalho e menores salários. A ausência de boas oportunidades para as mulheres negras pode refletir durante as suas vidas, onde muitas não conseguem nem o direito à aposentadoria, exatamente, pelas discriminações sofridas, conforme relata Pinto (2006):

Na desigualdade por gênero e raça, não há novidade sobre o fato das mulheres negras ganharem menos que os homens em todos os estados brasileiros e em todos os níveis de escolaridade. Elas saem do mercado mais tarde, se aposentam em menores proporções que os homens e há mais mulheres negras idosas que não recebem nem aposentadoria nem pensão. Isto reflete as condições em que estas mulheres estão no mercado brasileiro. (PINTO, 2006, p. 4).

Neste contexto, os empreendimentos relacionados a economia solidária representam um meio de trabalho alternativo para segmentos que vivenciam processos de exclusão, principalmente, pessoas que possuem menor possibilidades de conseguir e permanecer em trabalhos formais, qualificados e seguros (ANJOS, 2016). A economia solidária deriva de experiências de auto-organizações solidárias que buscam prover suas necessidades e ter alternativas de trabalho e renda, transformando a realidade das pessoas envolvidas (BONUMÁ, 2015). As desigualdades de raça e gênero ainda são muito evidentes no mercado de trabalho, onde as mulheres, principalmente as negras, não têm

as mesmas oportunidades que os homens, este tipo de economia se torna uma alternativa, trazendo autonomia e empoderamento.

Desta forma, é importante ressaltar que o Grupo Cidadania e Vida, por ser composto por mulheres negras que produzem sabões e sabonetes ecológicos em um empreendimento de economia solidária, assume o papel catalisador, caracterizado pela autora Nilma Lino Gomes de “politização da consciência racial”. A autora ressalta que: “poderão alertar o negro e a negra para a importância da negritude e conseguir, entre outras coisas, despertá-los para uma ação reivindicatória, que tenderá a diminuir as distâncias sociais a eles impostas” (GOMES, 2008, p. 126), além da construção e reafirmação de sua subjetividade e identidade negra frente a uma sociedade que o subjuga.

1.2 Problematização das identidades a partir da dimensão pós-colonial

De acordo com Stuart Hall (2003), “o termo “pós-colonial” não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a “colonização” como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural” (p. 109). Por sua vez, para Hall (2003), a diversidade cultural se compõe em ameaça e abandona a possibilidade de desenvolvimento. Isso pelo fato de que a colonização reconstruiu e modificou o espaço, tão profundamente, que o próprio conceito de um mundo formado por identidades avulsas por outras comunidades, diferentes culturalmente, e economias separadas e autossuficientes, acabam tendo que abandonar a uma variedade de modelos dedicados a aprender essas formas diferenciadas de relação, representando a configuração atual de dispersão que a colonização pôs em aceitação.

Trata-se de como as relações transversais e laterais que Gilroy (1993) denomina “diaspóricas” complementam e ao mesmo tempo deslocam as noções de centro e periferia, e de como o global e o local reorganizam e moldam um ao outro (HALL, 2003, p.109)

Hall (2002) fomenta que o pós-colonialismo assomou como um modo de pôr em questão as antigas dicotomias que legitimaram a supremacia do eu nacional imperial. Com isso, o autor busca dizer que – não importa quais sejam os diferentes indivíduos de uma nação em termos de classe, gênero ou raça, “uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional” (HALL, 2002, p. 59).

Para isso, a problematização das identidades desenvolvida por Stuart Hall (2002) nos permite uma leitura dos processos identitários. Ela se fundamenta em escrever outras histórias sobre a nação e sobre a própria história, na proporção em que o autor reconhece a tentativa existente de uniformização das identidades, por meio da homogeneização e, assim, tenta construir um pensamento alternativo ao tal processo de retificação.

A identidade não assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, mesmo, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Do ponto de vista do “eu coletivo”, nacional, não há um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma unidade imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças...As identidades estão sujeitas a uma historização radical (HALL, 2000, p. 108).

O autor indiano Homi Bhabha (2010), em “O local da cultura”, nos convida a meditar sobre os mundos desiguais, assimétricos, bem como a reinscrever nosso imaginário social, além de instigar a metrópole ocidental a confrontar sua história pós-colonial. Dialogando com o Hall (2002) diz que, a escrita da nação e, no seu interior, a etnia, a língua, o território, a cultura, os heróis fundadores, torna-se uma tarefa de rasura da própria tradição nacional, o que o autor denominaria performidade.

Desse modo, a história torna-se um potente campo para as práticas de significação cultural e estas, no que lhe concerne, se posicionam em uma esfera de dialogicidade, impedindo de que haja uma leitura, desmedidamente, fechada da história em relação a si mesma. Assim, ao problematizar a identidade enquanto um sistema de representações que almeja uma homogeneização, Stuart Hall (2002) não somente pensa historicamente a identidade cultural, mas também a própria história:

A unidade, a homogeneidade interna que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado (HALL, 2000, p. 110).

O Stuart Hall (2009) propõe pensar as identidades como fragmentadas e multiplamente construídas, em constante processo de transformação. Apoiado nisso, ao tratar dos vastos descentramentos do pensamento moderno, Hall (2002) assinala o feminismo enquanto movimento social e, também, como crítica teórica – como um dos fatores norteadores para a alteração da concepção da

identidade. O movimento feminista politizou e ressignificou setores referentes ao indivíduo e a sociedade, anteriormente considerados privados e, portanto, inquestionáveis por parte do Estado, denominados de sistemas de representação, que são as identidades culturais, das quais estão – classe, gênero, etnia, grupo, instituição e, também, a família. Dessa maneira, a linha divisória entre o público e privado deixa de ser tão bem delimitada quanto antes e a relação entre essas duas esferas na constituição de nossa identidade em sociedade passa a ser evidenciada (HALL, 2002).

A autora Avtar Brah (2006) faz uma reflexão quando diz:

[...] nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, [...] ou mulheres imigrantes”, ou seja, diferenças no sentido de condições sociais (BRAH, 2006, p. 341).

Segundo Brah (2006), a diferença pode ser definida como relação social e como identidade. A diferença como relação social evidencia a articulação historicamente variável dos regimes de poder, dentro dos quais, os modos de diferenciação como classe, gênero ou raça são instituídos em termos de formações estruturadas através das contingências, isto é, no campo das possibilidades. Deste modo, “o mesmo contexto pode produzir várias histórias coletivas diferentes, diferenciando e ligando biografias através de especificidades contingentes” (p. 362).

[...] se refere à maneira como a diferença é constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais. Isso quer dizer que destaca a sistematicidade através das contingências” = remete a uma comunalidade em que narrativas são transmitidas, compartilhadas [...] (p. 362).

Ou seja, é no limiar e no encontro das diferenças que existe a possibilidade de criação de novas subjetividades⁶ que contestam e subvertem a ordem social da forma como a conhecemos. Essas novas identidades, ainda de acordo com o autor Bhabha (2010), reinserem novas temporalidades culturais na tradição como a conhecemos e, por isso mesmo, questionam a ideia de uma

⁶ A subjetividade – o lugar do processo de dar sentido a nossas relações no mundo – é a modalidade na qual o sujeito em processo ganha significado ou é experimentada como identidade (BRAH, 2006, p.371).

identidade (seja ela individual ou coletiva) original, fixa e/ou monolítica. Logo, é necessário “formular estratégias para enfrentar todas elas na base de um entendimento de como se interconectam e articulam” (BRAH, 2006, p. 376).

1.3 Intelectuais negras e suas contribuições

O movimento das mulheres negras, conscientes da importância de seu papel na história do feminismo, visa desmoralizar eventos de conflito e exclusão. Desse modo, não só contribui para a conquista de visibilidade como sujeito político diante dos movimentos e da sociedade, como, também, constrói seu próprio curso através da constituição do movimento independente de mulheres negras. Ao incorporar esse novo olhar no movimento feminista e antirracista – reconhece-se que, esta nova identidade política é decorrente da condição representativa do ser mulher negra (CARNEIRO, 2003).

Para a autora Sueli Carneiro (2003), o racismo também eleva os gêneros por meio de privilégios, que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Em função disso, o racismo e o sexismo, operando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da mulher negra, que causa, na consciência cultural coletiva, a idealização de que ela está neste mundo sobretudo para servir aos outros (hooks, 1995). Nesse contexto de representação da mulher negra, os aportes feitos pela pesquisadora Patricia Hill Collins retratam o pensamento feminista negro e como ele se interliga com a interseccionalidade de raça, gênero e classe. As suas reflexões oferecem uma visão a respeito dos elementos que incidem no âmbito político-jurídico-cultural, para sobrepujar as opressões racistas, patriarcais, classistas e heterossexistas. Desta forma, a autora relata:

Essas e outras formas de opressão são atravessadas por certas ideias básicas. Uma dessas ideias consiste no pensamento binário que categoriza pessoas, coisas e ideias segundo as diferenças que existem entre elas. Por exemplo, cada termo dos pares branco/preto, masculino/feminino, razão/emoção, cultura/natureza, fato/opinião, mente/corpo e sujeito/objeto tem significado apenas em relação a sua contraparte. (COLLINS, 2019, p. 136).

Vemos uma crescente de mulheres negras feministas assumindo um compromisso de acabar com as estruturas de dominação, opressão e de controle, historicamente estabelecidas. Entretanto, elas reconhecem que diminuir alguma destas formas de opressão, mesmo sendo fundamental,

também pode fazê-las se sentirem oprimida de outras formas, pois suas vivências ocorrem na interseção de diversas estruturas dominativas (COLLINS, 2016). Para a autora, isto carrega um significado:

A atenção dispensada por feministas negras à natureza interligada da opressão é significativa por duas razões. Em primeiro lugar, esse ponto de vista muda todo o foco da investigação, partindo de uma abordagem que tinha como objetivo explicar os elementos de raça, gênero ou opressão de classe, para outra que pretende determinar quais são os elos entre esses sistemas. A primeira abordagem prioriza comumente um tipo de opressão como sendo primária e, em seguida, trata das opressões restantes como variáveis que fazem parte do sistema que é visto como o mais importante. Por exemplo, os esforços de se inserir raça e gênero na teoria marxista exemplifica esse esforço. Em contrapartida, a abordagem mais holística implícita no pensamento feminista negro trata da interação entre múltiplos sistemas como o objeto de estudo. Em vez de acrescentar às teorias existentes variáveis anteriormente excluídas, feministas negras têm como objetivo desenvolver interpretações teóricas da própria interação entre si (COLLINS, 2016, p. 108).

A exclusão e opressão que recai em cima das mulheres negras constituem elementos advindos do machismo e da classe, como dito anteriormente, o que as coloca em condição de serem exploradas em todas as esferas sociais, no mercado de trabalho e na academia, por exemplo. O modo de dominação exercido, majoritariamente, por homens brancos, tem o controle social, econômico, assim como sobre a informação e o conhecimento. Para que o pensamento Feminista Negro seja considerado válido, ele perpassa por três divergentes grupos: o da mulher negra comum, com suas vivências e experiências; o das intelectuais negras; e o do grupo dominante, que tem o controle das escolas, programas universitários, publicações e diversos meios de legitimação do conhecimento (COLLINS, 2019).

Com isso, a teórica bell hooks (1995), ressalta a importância de romper com o racismo na academia:

Num contexto social capitalista de supremacia patriarcal branca como esta cultura, nenhuma negra pode se tornar uma intelectual sem descolonizar a mente. Mulheres negras podem se tornar acadêmicas bem-sucedidas sem passar por esse processo e na verdade a manutenção da mente colonizada pode habilitá-las a vencer na academia, mas isso não intensifica o processo intelectual (p. 474).

Para bell hooks (1995):

Temos de desenvolver estratégias para obter uma avaliação crítica de nosso mérito e valor que não nos obrigue a buscar avaliação e endosso críticos das próprias estruturas, instituições e indivíduos que não acreditam em nossa capacidade de aprender (p. 474).

Segundo a autora, quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical e quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas, nos coloca em um apoio e uniformidades maiores, elevando, sobretudo, a vida (hooks, 1995).

Por essa razão, o movimento feminista brasileiro, ao incorporar o movimento e a crítica teórica de mulheres negras feministas, tem significado, concretamente, demarcar e instituir, na agenda do movimento de mulheres, as demandas que detêm a população negra, especialmente, as mulheres e que, ocasionalmente, não são demandadas – perpetuam as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas *versus* mulheres negras, tendo, como exemplo, a discussão sobre as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde, entre outros (CARNEIRO, 2003).

Nesse cenário, quais seriam as novas temáticas que as mulheres negras poderiam encaminhar à cena política para além do “toque de cor” nas propostas de gênero? A feminista negra estadunidense Patricia Hill Collins argumenta que o pensamento feminista negro seria

[...] um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas, que oferece um ângulo particular de visão de si, da comunidade e da sociedade que envolve interpretações teóricas da realidade das mulheres negras por aquelas que a vivem (COLLINS 1989 *apud* CARNEIRO, 2003).

Por fim, acredito eu, como uma mulher negra pesquisando sobre outras mulheres negras, que o caminho seja esse, para que, em um futuro muito próximo, possamos ocupar lugares que não nos foram pensados, mas passíveis de serem conquistados por nossas lutas. Lutas essas, repletas de inspirações, resistências e esperanças por um mundo mais enegrecido em todas as dimensões sociais da comunidade.

1.4 Construção do percurso etnográfico: Fazendo etnografia na pandemia

O primeiro momento da pesquisa ocorreu entre agosto de 2020 e setembro de 2020 no local de trabalho do grupo – os fundos da Comunidade Católica Sagrada Família. Foram realizadas duas visitas longas e aproximações sutis com o grupo, possibilitando colher informações gerais e estabelecer

“contatos” mais diretos com as integrantes e com a coordenadora, respeitando o distanciamento social por conta da pandemia da COVID-19.

Já no segundo momento, foram realizadas as observações participantes no grupo de *WhatsApp*, entre outubro de 2020 e julho de 2021, onde as integrantes, semanalmente, colocavam informes sobre o trabalho, horários e demandas relacionadas ao grupo. Neste mesmo tempo, ocorreram conversas individuais com algumas integrantes que tinham acesso ao *WhatsApp*, incluindo a coordenadora atual do grupo, com quem manteve mais contato durante esse tempo de trabalho no campo *on-line* da pesquisa.

O terceiro e último momento da pesquisa, foi à entrevista realizada presencialmente com a Dona Ana, em sua casa, no dia 14 de julho de 2021. Cabe salientar, como informada pela Dona Ana via ligação telefônica, uma semana antes da visita, que ela já estava vacinada com as duas doses da vacina contra o coronavírus, tornando esse encontro possível para poder finalizar a presente pesquisa.

É de suma importância para este trabalho trazer esse contexto pandêmico que estamos vivendo e dizer que as observações realizadas por mim no meu diário de campo, durante todos os momentos que compreenderam a pesquisa, foram norteadoras para me manter pesquisando sobre o grupo. Digo isso, para que se possa compreender as possíveis dificuldades enfrentadas, por mim, como pesquisadora (tendo que adequar a pesquisa, diariamente, ao ambiente *online* e enfrentar suas possíveis barreiras). Assim como pelo grupo, por serem mulheres negras, periféricas, onde a maioria das integrantes não possuíam acesso à *internet* todos os dias. Segundo o artigo, *COVID-19 e população negra: desigualdades acirradas no contexto da pandemia*, “a pandemia de COVID-19 constitui-se um desafio para a população mundial, mas pode ter efeitos diversos em grupos e contextos específicos, devido a fatores como desigualdades socioeconômicas ou racismo estrutural” (SILVA; MORAIS; SANTOS, 2020).

1.4.1 O início do percurso

Primeiramente, antes de iniciar qualquer análise, descreverei sobre como foi meu processo de aproximação com o Grupo Cidadania e Vida, desde quando

o conheci e como aconteceu a minha inserção em campo, frente ao contexto de pandemia da COVID-19.

No início de 2017, ainda na graduação do curso de Serviço Social cursado na Universidade Católica de Pelotas, começou meu processo de inserção no estágio obrigatório, o qual foi realizado na Cáritas Arquidiocesana de Pelotas. Naquele mesmo período, a instituição estava com um projeto vigente coordenado pela Assistente Social Carla Barcelos, que tinha como objetivo geral a formação e/ou construção de sujeitos políticos em grupos identificados com a perspectiva da economia solidária, vinculados à Arquidiocese de Pelotas. Em maio de 2017, foi realizada, na Comunidade Católica Sagrada Família, localizada no bairro Areal, junto ao Grupo Cidadania e Vida e ao Grupo Caridade, a primeira oficina de formação histórica da sociedade brasileira a partir de uma perspectiva decolonial. Nesta oficina, eu enquanto estagiária, apresentei a parte que conduzia discussões de gênero e raça a partir das minhas próprias vivências enquanto mulher negra. Quando comecei minha apresentação, eu, por ser a apresentadora naquele momento, estava de pé, enquanto os ouvintes estavam sentados, era em torno de 10 mulheres majoritariamente negras e apenas um homem negro. A minha apresentação inquietou para questões pertinentes de racismo na sociedade brasileira, com recorte a partir da minha vivência enquanto mulher negra, estudante de uma universidade particular majoritariamente branca e de classe média.

Assim que terminei minha apresentação, foi aberto um espaço para perguntas e contribuições e uma mulher negra, com cabelos lisos, aparentemente de meia idade, levantou a mão e pediu para falar, imediatamente balancei a cabeça acenando em concordância com sua fala e ela disse:

Não identificada: Bom, primeiramente eu estou muito feliz de estar aqui e ouvir você, uma menina nova, negra, cheia de vontade de viver, trazendo um pouco sobre a tua história, mas mesmo sendo a tua história, eu me vejo muito nela, a primeira coisa que te olhei e notei foi o teu cabelo, curto e solto, isso me dá uma vontade de assumir os meus, mas não sei se consigo (DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

A partir de então, essas inquietações, como outras que ocorreram neste dia, como citei anteriormente na introdução do presente trabalho, me fizeram ter vontade de me aprofundar em estudos sobre classe, gênero e, notoriamente, sobre raça. Como reflete Patricia Hill Collins (2016) em “Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro”:

Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero (COLLINS, 2016, p. 100).

Em decorrência dessa oficina, eu e o Grupo Cidadania e Vida começamos a manter um relacionamento de proximidade, por conta, ainda, de eu ser estagiária do Serviço Social da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas, o qual auxilia as integrantes do grupo em questões relacionadas à perspectiva da economia solidária. No final do ano de 2017, em uma disciplina do curso, era necessário, para aprovação no semestre, realizar um projeto de intervenção no meu campo de estágio. Foi a partir de então que eu comecei a construir um projeto pautado em criar um espaço de convivência dentro das dependências da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas. O objetivo era de colaborar para o fortalecimento do protagonismo da classe e mobilizar ações voltadas a sua superação das desigualdades de gênero e raça/etnia, vivenciadas no cotidiano dos grupos de convivência da Arquidiocese de Pelotas.



Figura 4 - Evento de inauguração da Feira Bayo - Um novo Caminho. Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Tendo como premissa, o primeiro espaço criado dentro da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas foi para que os grupos de convivência articulados com a economia solidária e a Arquidiocese de Pelotas pudessem expor seus trabalhos, que seriam notoriamente: artesanatos, produtos agroecológicos e sabões/sabonetes ecológicos. A primeira feira dos grupos ocorreu no final do

ano de 2017, em um final de semana, junto à feira das roupas de inverno da Feira da Fraternidade⁷, as quais são realizadas todos os anos pela instituição. Contou com a participação do Grupo Cidadania e Vida, Grupo de Artesanato Quilombola e o Grupo Agroecológico São Domingos. O nome da Feira foi denominado em concordância com todos os integrantes dos grupos, como Feira Solidária Bayo - Um novo caminho, fazendo referência a um nome de origem africana com significado “para encontrar a alegria”, fazendo do nome um sentimento de gratidão perante a inauguração da Feira⁸.



Figura 5 -Quadro de entrada fazendo referência ao nome da feira. Fonte: Acervo Pessoal, 2017.

⁷A Feira da Fraternidade, localizada na Av. Domingos de Almeida, nº 3150, em Pelotas, é um projeto social sustentável da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas. Para saber mais informações sobre, acesse sua página no Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/feiradafraternidadearquipel/?ref=page_internal

⁸ Para mais informações sobre o nome, acesse o portal Geledés, Disponível em: <https://www.geledes.org.br/significados-dos-nomes-proprios-africanos/>



Figura 6 - Autora, juntamente com os integrantes da Feira Solidária Bayo – Um novo caminho no evento de inauguração. Fonte: Cáritas Arquidiocesana de Pelotas (2018).

Atualmente, a “Feira Solidária Bayo - Um novo Caminho” está articulada com três grupos, são eles: Grupo Cidadania e Vida, Grupo de Artesanato Quilombola e o Grupo Agroecológico São Domingos. Os mesmos se mantêm na perspectiva da economia solidária, fazendo história com suas participações nos eventos da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas e em movimentos sociais vinculados à perspectiva deste tipo de economia, em busca de inclusão social e produtiva.



Figura 7 - Logo oficial da Feira. Fonte: Cáritas Arquidiocesana de Pelotas (2018).

A economia solidária representa uma forma estratégica de inclusão social através do trabalho para indivíduos em situação de desigualdade social, tanto no mercado de trabalho como na sociedade (BRASIL, 2010). Dentro deste contexto

se realizam atividades voltadas a produção de bens, prestação de serviços voltados a comunidades, comércio justo, e organização através da autogestão (ANDRADE, 2018). Este tipo de economia também é conhecido pelo “fator C”, o qual está relacionado com as atividades realizadas através da cooperação, coletivismo, colaboração e coordenação.

A economia solidária compreende diferentes tipos de ‘empresas’, associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos. Estas empresas surgem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver. A mais importante destas carências é, sem dúvida, a própria pobreza que, via de regra, decorre da falta de oportunidade de participar do processo de produção social. Os pobres são pobres porque foram colocados à margem das empresas que produzem a parte principal da riqueza social (SINGER, 2002).

A economia solidária valoriza os seus participantes, respeitando a individualidade dentro da coletividade, assim como possibilita fortalecer as pautas políticas e ideológicas, buscando a igualdade. Dentro dos empreendimentos econômicos solidários, a etnografia possibilita identificar elementos simbólicos, distintos e específicos, os quais se relacionam com o espaço e o tempo, em diversas esferas sociais: política, econômica, geográfica, religiosa, gênero e étnica (MAUSS, 1974).

Em decorrência do trabalho de conclusão do curso de Serviço Social, em 2018, e por eu ter escolhido outra temática para abordar no trabalho, finalizei meu estágio obrigatório e, como consequência, parei de acompanhar a Feira Solidária Bayo – Um novo caminho, me dedicando exclusivamente para a outra pesquisa que era sobre “*Políticas públicas para a população negra no Brasil*”. A proposta era desenvolver um trabalho pautado, mais especificamente, nas políticas públicas raciais que atendem à população negra, a partir da contextualização do período escravocrata no Brasil. Ambos para explicar a incidência da desigualdade racial na sociedade atual, que teve por resultado a minha aprovação neste trabalho de conclusão de curso e hoje ser Assistente Social.

No final de 2019, em um encontro casual na Feira da Fraternidade da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas, encontrei-me com a ex-coordenadora do Grupo Cidadania e Vida, Dona Ana. No decorrer da conversa, questionei como estavam as meninas do grupo e ela me relatou que o grupo passava por momentos difíceis, desde o seu desligamento da coordenação do grupo por

problemas de saúde. Quando ela me colocou isso, eu disse que havia ingressado no Mestrado em Antropologia no início do ano e demonstrei interesse em começar, novamente, uma relação de proximidade com o grupo, para que assim, futuramente, eu pudesse executar minha pesquisa de campo com o Grupo Cidadania e Vida. Dona Ana ficou feliz pela minha colocação, me passou seu contato particular, caso eu precisasse de algo e disse que se ela ainda fosse à coordenadora do grupo, naquele momento, eu poderia iniciar naquele mesmo dia, me deixando muito contente com sua demonstração de empatia com a minha proposta.

De acordo com a orientadora anterior deste trabalho, seria melhor que, no ano de 2019, eu, como mestrande de antropologia, me dispusesse exclusivamente a disciplinas obrigatórias e optativas do curso, justificando-se por eu não ser nativa da antropologia e estar em processo de construção do pensamento antropológico. Por esse motivo, não houve a realização do trabalho de campo naquele ano.

No início de 2020, com a deflagração da pandemia do coronavírus que atingiu todo o mundo, meus planos de fazer trabalho de campo foram interrompidos. Simultaneamente, lembrei que a ex-coordenadora, a Dona Ana, como mencionada anteriormente, tinha me passado seu contato particular caso eu precisasse de algo. Permiti-me, assim, a fazer contato com ela para saber como o grupo estava se organizando frente a esse contexto de pandemia do coronavírus. Em contato com Dona Ana, via *WhatsApp*, ela me colocou que o grupo, mesmo em contexto de pandemia, estava se organizando e se alternando entre elas para que as produções de sabões não parassem. Dona Ana me realçou que elas não poderiam parar porque a maioria precisa das vendas dos produtos para complementar sua renda familiar. Na sequência. Ela me passou o contato da atual coordenadora do grupo para que, assim, eu pudesse saber mais informações sobre como as mulheres estavam se organizando frente a esse contexto.

Em maio de 2020, realizei contato via *WhatsApp* com a atual coordenadora do grupo, chamada Marilda. Inicialmente, me apresentei e coloquei qual era o motivo do meu contato, que seria começar um processo de aproximação com o grupo para que, caso elas aceitassem a minha inserção, eu

pudesse executar meu trabalho de campo com o Grupo Cidadania e Vida. Marilda colocou o grupo à disposição e disse:

Estamos nos reunindo sim, pode vim, será um prazer. Estamos enfrentando um momento delicado no grupo, estamos enfrentando algumas dificuldades financeiras no momento por não estar vendendo muitos sabões e sabonetes como vendíamos antes. Nossa renda maior vinha das feiras e no momento elas não estão acontecendo por conta da Covid-19, isso afetou demais nessas vendas (Marilda).

Após o final da conversa com a coordenadora, entrei em contato com a orientadora anterior deste trabalho, como já mencionado, e durante a conversa sobre como tinha sido meu primeiro contato, relatei a ela que havia sido uma aproximação positiva, porém que a Marilda havia me comentado que o grupo estava enfrentando um período difícil por conta da pandemia do coronavírus. A orientadora então me colocou a possibilidade de eu ir a campo tomando todos os cuidados que o momento exige (distanciamento/máscara/álcool em gel), não apenas para a execução da minha pesquisa de campo, mas, também, para auxiliar as integrantes do grupo frente a esse contexto de pandemia. Dito isso, em novo contato, via *WhatsApp*, com a coordenadora, me coloquei à disposição para colaborar no que elas precisassem. Neste momento, a coordenadora demonstrou entusiasmo com a minha disposição em colaborar com o grupo e foi quando comecei meu processo de inserção no campo, como relatado no próximo item.

1.4.2 Ingressando no campo de pesquisa

Durante os primeiros contatos, a coordenadora teve uma postura bastante positiva em relação à possibilidade da realização da pesquisa. Após eu conseguir marcar, por telefone, uma visita ao campo, a coordenadora do grupo demonstrou, pela sua voz, que estava entusiasmada e com interesse em conversar mais sobre a pesquisa. Ela me informou que o grupo se reunia todas as quintas-feiras e, esporadicamente, às segundas-feiras, às 14 horas, nos fundos da Comunidade Católica Sagrada Família, localizada no bairro Areal, a 3 km do centro da cidade de Pelotas-RS.

Hoje é dia de grupo! Na hora que eu e a coordenadora do grupo marcamos, paro em frente à Igreja e não avisto ninguém, as grades estavam trancadas com cadeados e correntes grandes, foi quando percebi que ainda ninguém havia chegado. O sol estava muito quente, então fui à procura de uma sombra que avistei final da rua, em uma

casa cheia de árvores na frente, ali me sentei embaixo dessas árvores e fiquei aguardando alguma integrante do grupo chegar, assim se passou 5, 10, 15 minutos do horário marcado e nada de alguém chegar, quando eu já estava quase desistindo de longe avistei uma mulher negra com os cabelos presos, com um lenço nas mãos que passava pelo rosto rapidamente, vestida com uma calça de ginástica e uma blusa rosa e caminhava rápido em minha direção. Imediatamente me levantei e a mulher acenou para mim, à mesma era a coordenadora do grupo, foi assim que tudo começou (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Durante essas duas visitas, realizadas presencialmente ao campo, percebi que a minha presença no grupo, ou seja, eu estar ali olhando e perguntando sobre o grupo e, também, sobre elas, fez com que houvesse uma interação maior entre mim e as integrantes, o que possibilitou a minha inserção ser aceita de imediato.

Já na minha primeira visita ao grupo, no momento, eu como pesquisadora me sentia já confortável com as mulheres, talvez seja pelo fato de eu ser mulher negra em busca de outras mulheres negras para estudar principalmente sobre nós, a construção de espaços que nos proporcionam reconhecimento e conforto afetivo que vai para além de uma pesquisa. Esse dia foi importante, pois serviria para testar o quanto minha presença era aceita naquele espaço, ou seja, quanto tempo as integrantes permitiriam que eu ficasse ali, conversando e observando o espaço (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Essa aceitação inicial pode ter ocorrido devido a dois fatores importantes: primeiro, a maior parte das mulheres do grupo me conheceu em 2017, quando realizei, como estagiária de Serviço Social, a oficina de formação histórica da sociedade brasileira na Comunidade Católica Sagrada Família; segundo, todas integrantes que estavam presentes, mesmo as que não me conheciam, rapidamente demonstraram empatia com a minha presença naquele momento de socialização.

Eu estava com uma caderneta em mãos e com algumas perguntas para conhecer um pouco mais sobre o grupo e eu estava bastante nervosa. Assim que a Marilda (coordenadora) abriu o portão e entramos no pátio da comunidade, acompanhei-a lentamente em direção aos fundos em um silêncio tímido, já pensando na abordagem a ser adotada por mim para me apresentar para as mulheres. Enfim, eu estava muito nervosa. Ao chegar próximo a porta de entrada da cozinha, olho para trás e vejo que uma mulher negra chegando em uma bicicleta rosa fluorescente com uma blusa rosa *pink* com os cabelos lisos presos e esbaforida de calor. Quando ela se aproxima, eu me apresento para ela sem nos tocarmos. Ela me informou que as outras integrantes já estavam por chegar. E assim aconteceu, não se passaram nem 5 minutos e as outras duas integrantes chegaram. Então pedi um minuto de atenção para nos apresentarmos, estavam presentes esse dia, a Elisabeth, Elinara, Bianca e a coordenadora do grupo, Marilda. Logo fiz uma apresentação rápida e objetiva e refleti um pouco junto a elas sobre o período de pandemia que estamos vivendo, realçando a todo o momento a importância de nos prevenir contra o coronavírus e respeitar o distanciamento social sempre que

possível. Falei a elas que eu estava ali naquele momento para fazer uma aproximação com o grupo e tentar compreender brevemente sobre o grupo e elas disseram que eu era bem-vinda. Disse a elas brevemente sobre a pesquisa e coloquei-me à disposição caso elas precisem de algo que estivesse ao meu alcance. Todas elas foram receptivas e fizeram eu me sentir como se eu estivesse em casa (DIÁRIO DE CAMPO,2020).

Durante a segunda visita realizada a campo, na semana seguinte, estávamos no pátio, sentadas em cadeiras de madeira, todas de máscara de proteção, conversando sobre o grupo, especificamente sobre como elas se organizavam para se encontrar no grupo. Foi quando uma das integrantes, chamada Bianca, comentou que elas tinham um grupo no *WhatsApp*, onde repassavam recados, informes e assuntos importantes.

Luiza, é no grupo do *WhatsApp* que a gente combina quem vai poder ir ou não no dia de encontro do grupo que são geralmente, as segundas e quintas-feiras, normalmente, são informes rápidos que repassamos ali, para que ninguém fique de fora dos encontros e principalmente da produção, mas nem todas tem *WhatsApp*, mas aí sempre damos um jeito, uma liga para outra ou até mesmo mandamos recados ou vamos até a casa da pessoa, já que a maioria de nós moramos perto umas das outras.



Figura 8 - Imagem do perfil do *WhatsApp* do Grupo Cidadania e Vida. Fonte: Cidadania e Vida, 2021.

Simultaneamente, após a fala da Bianca, demonstrei meu interesse em participar do grupo *WhatsApp*, caso fosse de acordo com todas as integrantes. Quando eu perguntei se não havia problemas, a Bianca se manifestou e disse:

Pode sim, Luiza sem problemas pra nós, mas é aquilo que eu te disse que falamos por ali, a gente só não costuma falar muito grupo sobre outros assuntos porque nem todas têm celular, mas se precisar de alguma coisa pode falar lá que eu olho e respondo.

Em outras palavras, essa postura assumida pelo grupo, já apontava para uma futura aproximação entre mim e as integrantes através do grupo do *WhatsApp*, para que, assim, eu pudesse colher mais informações e assuntos relacionados ao grupo, para apresentar neste trabalho e pudesse seguir a pesquisa de campo via *internet*, como será demonstrado nos resultados, no próximo e último capítulo desta etnografia.

Capítulo 2: Grupo Cidadania e Vida: personagens e grafias: narrativas de uma história

2.1 Grupo Cidadania e Vida – Marcos importantes



Figura 9 - Primeiro registro do grupo, com o nome "Cidadania e Vida" em 1994 em um evento da pastoral social da Igreja Nossa Senhora da Luz, primeira sede do grupo, localizada no centro de Pelotas/RS. Fonte: Acervo pessoal de Dona Ana.

Começo este capítulo com uma fotografia de suma importância para a história do Grupo Cidadania e Vida. Entretanto, inicialmente, irei discorrer sobre uma breve contextualização histórica da formação inicial do grupo, a partir de 1963, para assim chegar em 1994 – o ano em que foi tirado esse retrato, que marca o início da reformulação do Grupo Cidadania e Vida.

Em entrevista com Dona Ana (2021), perguntei como e quando surgiu o Grupo Cidadania e Vida. Logo quando terminei a pergunta, ela me relatou sobre o surgimento do mesmo. Segundo ela, o grupo se constituiu no dia 15 de maio de 1963, quando ela e o Padre José Schramm, começaram a articular, junto a Pastoral do Serviço Fraternal da Igreja Nossa Senhora da Luz, localizada no centro da cidade de Pelotas/RS, a formação de um grupo para atuar na linha de Pastoral Social.



Figura 10 - Igreja Nossa Senhora da Luz - Pelotas, Rua Padre Anchieta, 3553 A - Centro, Pelotas - RS. Fonte: Google Imagens.

De acordo com o Setor de Pastoral Social da CNBB⁹ (2021), a Pastoral Social tem como propósito executar ações sociais, diante da preocupação da Igreja Católica sobre as questões sociais existentes. Tendo como empenho, a identificação das populações que vivem em vulnerabilidade social e prestar atendimentos nas respectivas pastorais. Neste contexto, a pastoral social preocupa-se com questões relacionadas, principalmente, à habitação, à educação, à trabalho, entre outras, buscando-se melhorar as condições de vida das pessoas que estão em situação real de marginalização.

Em outras palavras, deve ser preocupação inerente a toda ação evangelizadora. Pastorais Sociais, no plural, são serviços específicos a categorias de pessoas e/ou situações também específicas da realidade social. Constituem ações voltadas concretamente para os diferentes grupos ou diferentes facetas da exclusão social, tais como, por exemplo, a realidade do campo, da rua, do mundo do trabalho, da mobilidade humana, e assim por diante (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2021).

O Grupo das Carentes, como era denominado inicialmente o Grupo Cidadania e Vida, tinha como objetivo beneficiar pessoas através de atendimentos pastorais, oferecendo, primeiramente, auxílio em assuntos

⁹ CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

relacionados a trabalho, a saúde, a alimentos e a cidadania. Atendendo, principalmente, mulheres que eram costureiras, doceiras, faxineiras e donas de casa. No entanto, essas ações realizadas pela pastoral social ocorriam de forma voluntária e pontual, oferecendo alimentos e serviços de primeira necessidade, mas sem dar continuidade em um processo de transformações da realidade social daquelas pessoas, tendo assim, um cunho totalmente assistencialista, como relatado pela Dona Ana.

No período que o grupo estava sendo formado, em 1963 – 1964 se instaurava o regime militar no Brasil. A fome, a miséria e a violência eram algumas das consequências drásticas daquela realidade, atingindo, diretamente, a população negra da sociedade brasileira. Falando a partir do contexto da ditadura militar, Lélia Gonzalez (1982) explicita como o racismo articula a marginalização da população negra.

O golpe militar de 1964 procurou estabelecer uma “nova ordem” na sociedade brasileira já que, de acordo com aqueles que o desencadearam “o caos, a corrupção e o comunismo” ameaçavam o país. Tratou-se, então, do estabelecimento de mudanças na economia mediante a criação do que foi chamado de um novo modelo econômico em substituição ao anterior. Mas para que isso se desse, os militares determinaram que seria necessário impor a “pacificação” da sociedade civil. E a gente sabe o que significa esse termo, pacificação, sobretudo na história de povos como o nosso: o silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política. Ou seja, quando se lê “pacificação”, entende-se *repressão* (GONZALEZ, 1982, p. 11).

Em síntese, o modelo socioeconômico instaurado no país, naquele período, fez com que o grupo continuasse sendo apenas para o amparo social da igreja, por mais de 30 anos, atendendo pontualmente a demandas sociais trazidas pelos frequentadores do grupo, sobre assuntos relacionados às questões sociais emergentes. Para Dona Ana, que foi fundadora junto ao padre, este período, que compreendeu entre 1963 e 1994, deveria apenas ser uma passagem esquecida na história do Grupo Cidadania e Vida, por não compreender a totalidade que o grupo se tornou nos dias de hoje. Atualmente, é um grupo independente e livre das amarras assistencialistas da igreja católica.

Olha, estou pra te dizer que naquela época, a gente era forçado pela igreja, a desempenhar essas ações assistencialistas e eu como tinha medo de ser repreendida por estar em um período militar, ser professora e católica, me enquadrava às amarras da igreja, por entender que era melhor fazer alguma coisa para ajudar principalmente mulheres negras, como eu, do que não fazer nada, mas sempre tive uma visão libertária, no entanto, só a partir de 1990, começamos a colocar em prática a liberdade de expressão do grupo, a fim de

construir a sua independência e foi assim que eu considero que a história do Grupo Cidadania e Vida começou (Dona Ana, ex-coordenadora do Grupo Cidadania e Vida).

Em meados da década de 1990, considerando toda esta realidade e as carências de toda ordem que atingiam os frequentadores do Grupo das Carentes aqui apresentada, tornou-se necessário ampliar os objetivos e os métodos de atendimento do trabalho pastoral social desenvolvido até então. Assim, foi a partir de novembro de 1994, com apoio da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas – que prestava auxílio financeiro através do Fundo Arquidiocesano de Solidariedade¹⁰ da igreja católica e, principalmente, com o apoio da coordenadora do grupo Dona Ana, que o grupo começou a tomar uma postura diferente, foi crescendo de tamanho e construindo sua independência. Desde então, adotou o nome – Grupo Cidadania e Vida e começou a desenvolver atividades na área do artesanato, tricô e crochê, nas dependências da Igreja Nossa Senhora da Luz.

Dona Ana (2021) relata que eram em torno de oito mulheres, majoritariamente negras, de faixa etária variada (30 anos até 65 anos), quando começaram a despertar para vontade de produzir artesanatos e vender seus respectivos produtos para construir uma renda. A maioria das mulheres não tinham renda nenhuma, apenas o auxílio de alimentos doados pela pastoral, então consideravam importante construir essa independência para complementar a renda, para além dos alimentos doados.

Foi a partir de então, que elas começaram a pedir doações de roupas usadas para vizinhos, familiares e amigos para vender em brechós beneficentes promovidos pela igreja, com objetivo de arrecadar fundos visando comprar matéria prima e produzir artesanatos para comercialização. Segundo ela, a Cáritas Arquidiocesana de Pelotas teve um papel bastante importante para essa construção da independência do grupo - foi à instituição que apoiou as integrantes com um valor simbólico em dinheiro para dar início à produção de tricô e crochê, assim que o grupo começou a demonstrar interesse em produzir artesanatos, como mencionado anteriormente, para enfrentar seus obstáculos e

¹⁰ É um fundo econômico criado, em 1998, pela Arquidiocese de Pelotas. Destina-se ao auxílio das pessoas empobrecidas e no combate à exclusão social. Disponível em: <https://www.facebook.com/Fundo-Arquidiocesano-de-Solidariedade-1572080609764299/>

romper com os atendimentos de cunho assistencialista oferecidos pela igreja até então.



Figura 11 - Grupo Cidadania e Vida expondo seus artesanatos em um evento beneficente da igreja católica em 1996. Fonte: Acervo pessoal de Dona Ana.



Figura 12 - Brechó beneficente na Igreja Nossa Senhora da Luz, para arrecadar fundos financeiros, promovido pelas integrantes do Grupo Cidadania e Vida em 1997. Fonte: Acervo pessoal de Dona Ana.



Figura 13 - Grupo Cidadania e Vida produzindo artesanatos para vender no Natal em 1998.
Fonte: Acervo pessoal de Dona Ana.



Figura 14 - Grupo Cidadania e Vida expondo seus produtos em um evento da igreja católica em, 2000. Fonte: Acervo pessoal de Dona Ana.

Desde os anos 2000, o Brasil tem passado por um ciclo de crescimento econômico sólido no âmbito estatal. Este período inicial foi marcado por uma mudança significativa na condução da política econômica e nas políticas socioeconômicas do país. Como reflete a antropóloga Gleicy Mailly da Silva (2017) em sua tese de doutorado – Empreendimentos sociais, negócios

culturais: uma etnografia das relações entre economia e política a partir da Feira Preta de São Paulo:

Na primeira década dos anos 2000, o Brasil passou por um sensível crescimento econômico, o qual foi acompanhado por um conjunto de reformas políticas visando beneficiar particularmente as camadas menos favorecidas da população. No entanto, como mostram a pesquisas de Márcio Pochmann (2014) e Jessé Souza (2012), tais mecanismos institucionais, embora tenham tornado visíveis os processos de mobilidade social ascendente de parte dos setores populares, passaram longe de configurar uma mudança radical na estrutura de classes do país (SILVA, 2017, p. 20).

A Feira Preta é composta por diversos cenários que promovem o engajamento de distintas pessoas, com o objetivo de valorizar a cultura negra e as pessoas afrodescendentes. No contexto desta feira, ocorre o comércio, tanto monetário como por meio de troca, atividades culturais variadas (dança, teatro, música, literatura, entre outros), debates políticos e sociais, com a total valorização dos negros. Se constitui de um espaço que acaba englobando as diferenças, promovendo uma sensação de identificação e pertencimento (SILVA, 2017). A Feira Preta vai ao encontro da Economia Solidária, pois valoriza os seus participantes, promove a solidariedade e, ainda, possui um viés ideológico, social e político.

Em razão das crescentes políticas socioeconômicas que abarcavam o país, a partir dos anos 2000, o Grupo Cidadania e Vida passou a compor o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O objetivo era fortalecer o desenvolvimento sustentável e econômico, a partir de trocas de saberes entre o grupo e demais trabalhadores e apoiadores da economia solidária de Pelotas. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária, como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. O FBES está organizado em todo o país, em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3 mil empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária (FBES, 2021). Neste contexto, Dona Ana (2021) relata em entrevista:

Eu acredito muito na economia solidária e nos seus princípios, foi a partir dos anos 2000, que o grupo tomou uma postura diferente frente a todo contexto histórico que abarcava sobre ele, começou a querer

produzir para construir uma renda, mas também aprender, foi assim que nos adentramos no Fórum de Economia Solidária, por entender que precisávamos de um modo de economia que nos representasse, não que nos reprimisse.

De acordo com Guérin (2005), a Economia Solidária pode ser entendida como uma alternativa de discussão e prática que se opõe à economia capitalista, e tem como centro a sustentabilidade da vida humana. Tem como pressupostos – a autogestão, organização coletiva, transformação das relações econômicas e representatividade feminina. O movimento da Economia Solidária deve representar uma alternativa para fortalecer o rompimento com a dicotomia de representação da valorização do trabalho do homem em detrimento ao trabalho realizado por mulheres. “As mulheres são, na maioria das vezes, as primeiras vítimas do desemprego, subempregos e da tão intensa desigualdade. Assim, os empreendimentos solidários são uma oportunidade efetiva para romper com essa realidade” (OLIVEIRA, 2008, p. 329).

Para os trabalhadores e trabalhadoras que foram estigmatizados por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos/as, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados/as e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo (SINGER; SOUZA, 2000, p. 27).

Outro tipo de economia que se relaciona com o desenvolvimento de atividades que geram renda e valorizam o trabalho, é a Economia Criativa. Esse tipo de economia está relacionado às atividades que permitem exercitarem a imaginação e explorar o potencial criativo e inovador de cada um (BEZERRA *et al.*, 2007). Também visa a melhora da qualidade de vida dos indivíduos através do crescimento socioeconômico, cultural e educacional, além de respeitar a cultura das regiões envolvidas. Ao invés de se focar nos potenciais de produção, a Economia Criativa se centraliza na criação de bens e serviços com conteúdo criativo, que tenham um valor cultural (SANTOS-DUISENBERG, 2008).

Em determinado momento, o Grupo Cidadania e Vida começou a compor outros espaços além dos eventos produzidos pela Igreja Nossa Senhora da Luz, como feiras de artesanato que ocorriam em diversos lugares na cidade de Pelotas. Os produtos produzidos por elas continuavam sendo, crochê, tricô e artesanatos, no entanto, a partir do contato com os princípios da economia

solidária, começaram a promover a autogestão¹¹ sob a organização do grupo. Portanto, houve a interligação de uma Economia Criativa juntamente com a Economia Solidária.

Em novembro de 2003, o grupo fez história através de sua participação como expositoras na *I FEIRA REGIONAL SUL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA*, realizada em Pelotas. Segundo a Dona Ana, esse fato foi marcante para ela e para as integrantes que faziam parte do grupo naquela época, tornando-se um momento de acesso à cidadania a ser lembrado e celebrado por todas que fizeram parte daqueles três dias feira que ocorreram em frente ao Mercado Público de Pelotas¹².

Pode-se dizer que o acesso das mulheres à cidadania significa valorizar a trajetória de suas lutas e reivindicações para inserir-se nos processos decisórios, no combate à discriminação, ao machismo e à dupla jornada de trabalho. Haja vista que homens e mulheres vivenciaram e vivenciam trajetórias históricas, culturais, sociais, políticas diferenciadas (GALEOTTI, 1995), “o reconhecimento público da diferença de gênero, permite redesenhar o traçado da cidadania, não só no feminino, mas em geral” (GALEOTTI, 1995, p. 236).

¹¹ Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se forem pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. Agora, quando são maiores, aí há necessidade de que haja um presidente, um tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas, e isso é importante sobretudo quando elas são bem grandes, porque aí uma grande parte das decisões tem que ser tomada pelas pessoas responsáveis pelos diferentes setores. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros (SINGER, Entrevista com Paul Singer 2008: 289).

¹² Mercado Central de Pelotas foi construído em 1848. Fica localizado na Praça Sete de julho, 179, no centro de Pelotas, RS. Disponível em: https://www.facebook.com/mercado-centralpelotas/about/?ref=page_internal



Figura 15 - Grupo Cidadania e Vida expondo seus produtos na feira, novembro de 2003. Fonte: Acervo de Dona Ana.



Figura 16 - I Feira Regional Sul de Economia Solidária em Pelotas, novembro de 2003. Fonte: Acervo de Dona Ana.



Figura 17 - Bancas expositoras na Feira. Fonte: Acervo de Dona Ana.

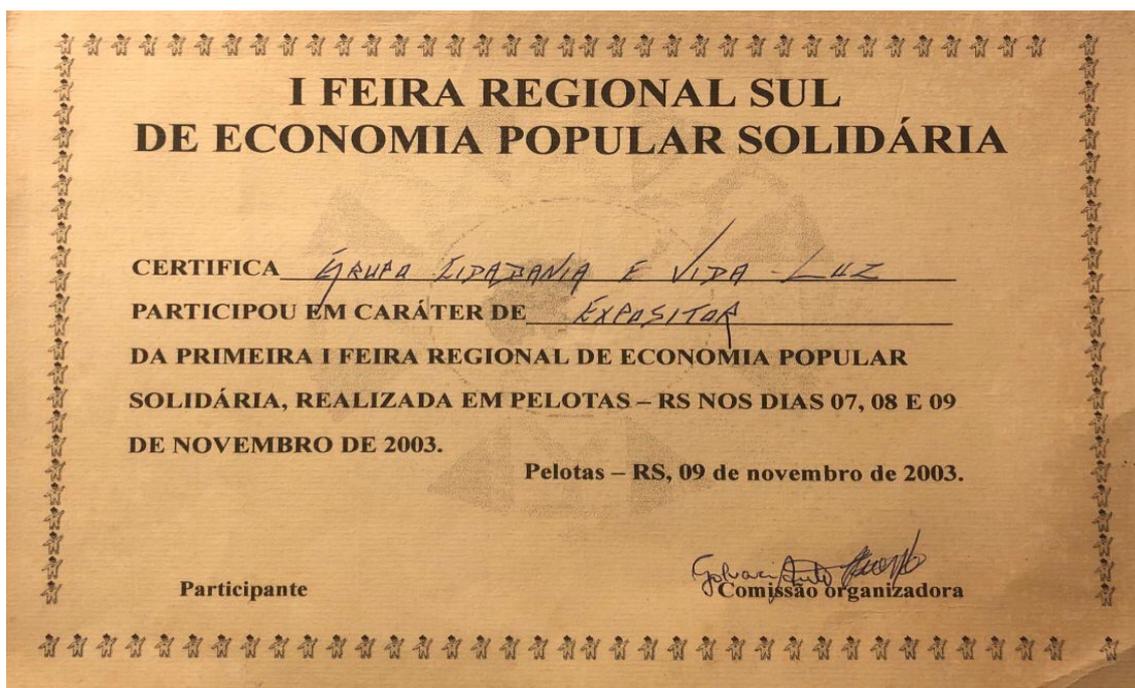


Figura 18 - Certificado de participação da Feira. Fonte: Acervo de Dona Ana.

As mulheres empobrecidas dificilmente tiveram acesso à escolaridade. Muitas cursaram alguns anos e por motivos econômicos acabaram se afastando dos estudos para cuidar dos irmãos pequenos, de pessoas idosas ou doentes na família. A partir do momento que passaram a ter seus companheiros, as dificuldades de ter acesso à educação referem-se à proibição dos maridos ou ao cuidado com os filhos. Na proposta da Economia Solidária, o processo de educação e qualificação é um de seus princípios de sustentação. A apropriação do conhecimento gera criticidade, amplia horizontes, traz independência. Sendo assim, os empreendimentos da Economia Solidária têm possibilitado a

participação em projetos de educação de adultos e de cursos de qualificação técnica (OLIVEIRA, 2005, p. 6-7).

Historicamente, há uma invisibilidade e não reconhecimento do trabalho das mulheres, especialmente pela injusta divisão do trabalho doméstico. Adiciona-se a negação de sua autonomia econômica, pessoal e política e a exclusão das decisões sobre os assuntos relacionados à economia e à renda, bem mais persistentes quando não há independência em seu domicílio. Outro fato se refere a maior migração das mulheres do campo para a cidade por falta de acesso ao trabalho. Em razão disso, os empreendimentos de economia solidária têm sido um “terreno privilegiado para exercitar novas práticas e proporcionar vivências de igualdade e de autonomia para as mulheres” (NOBRE, 2003, p. 211 *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 3).

O fortalecimento da participação das mulheres na Economia Solidária já vem ocorrendo com a constituição de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), redes e cadeias produtivas protagonizadas por mulheres, o que foi reconhecido pelo I Plano Nacional de Economia Solidária: “A participação organizada das mulheres, a ampliação da consciência coletiva e a abertura para o debate da economia solidária e feminista, em diálogo com as diversas organizações sociais, buscando garantir a internacionalidade das políticas públicas” (SENAES/MTE, 2015).

Dona Ana salienta que este período até aqui apresentado – marcou um início de uma história que só foi crescendo de tamanho e conseqüentemente, de acúmulos de memórias boas e ruins. Perguntei a ela, qual era o objetivo de fato com a criação do Grupo Cidadania e Vida – segundo ela, o grupo caracterizado como empreendimento solidário, tinha o objetivo de propor condições às pessoas para descobrirem e organizarem seus valores, habilidades, aptidões, a fim de que possam crescer enquanto seres humanos, cidadãos, compreendendo-se como sujeitos de transformação a partir da perspectiva da economia solidária.

A inserção da mulher na economia solidária começou devido a invisibilidade, a marginalização e a falta de protagonismo. Durante suas vidas, as mulheres invisibilizadas precisam de alguma atividade para gerar renda, seja para elas, suas famílias e/ou para o seu grupo de companheiras. Além disso, a possibilidade da autogestão se relaciona com a organização sobre as suas responsabilidades em suas casas (NOBRE, 2015). Uma carta redigida pelas mulheres participantes da IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia

Solidária, demonstra claramente a invisibilidade que elas vivem, até mesmo dentro do próprio movimento:

Nós mulheres, que somos a grande maioria na Economia Solidária, que participamos do movimento de mulheres, do movimento feminista, do movimento agroecológico, da luta pela terra, pela reforma urbana e rural, trabalhadoras da Economia Solidária do campo e da cidade, negras, índias, extrativistas, brancas, jovens, lésbicas, de todas as crenças e de todas as regiões deste país. Nós mulheres que contribuimos com a construção da nova sociedade com igualdade e justiça para todas as mulheres e homens, que somos responsáveis pela produção e reprodução da vida e pela soberania alimentar e conservação da biodiversidade do planeta. Queremos registrar a nossa indignação pela invisibilidade das mulheres no documento base da IV Plenária, pela inteira ausência das nossas falas, questões e propostas vindas dos nossos estados e territórios. Reafirmamos a necessidade de um espaço próprio de auto-organização das mulheres no FBES, reconhecendo e valorizando a participação das mulheres enquanto sujeitos políticos e econômicos em todas as instâncias e processos dos Fóruns, municipais, estaduais e regionais. Luziânia, 29 de março de 2008.

A carta acima demonstra que sim, as mulheres são a maioria na economia solidária e que elas lutam, constantemente, para serem ouvidas, saindo da situação de invisibilidade. Elas precisam ser valorizadas e reconhecidas como cidadãs e sujeitos políticos, onde as suas contribuições são tão importantes quanto as de qualquer outra pessoa.

2.2 Projetos

O Grupo Cidadania e Vida, possui, no percurso de sua trajetória, a execução de dois projetos¹³, chamados – Projeto Cheiro da Terra: qualificando para a cidadania e Projeto Horta Orgânica: semeando a cidadania, ambos escritos para captação de recursos solicitados ao Fundo Arquidiocesano de Solidariedade de Pelotas. Os projetos foram aprovados e executados, como demonstra os seus respectivos objetivos a seguir.

O I Projeto Cheiro da Terra: qualificando para a cidadania – é uma das frentes de trabalho do grupo, pelo qual vem capacitando, para a inserção produtiva de trabalhadoras urbanas, desempregadas e mulheres em situação de vulnerabilidade social, a um processo de organização em um empreendimento de economia solidária, através da qualificação para produção de sabão e

¹³ As informações contidas nesse subitem sobre os projetos executados pelo grupo, foram retiradas de documentos produzidos pelo grupo, no entanto, precisou ser realizado por mim, uma rearticulação das informações por se encontrarem desconstruídas.

sabonetes ecológicos. Este projeto foi idealizado em maio de 2013 e contou com a assessoria do Dr. Renato Vianna – Curso de Farmácia UCPEL, TECSOL – Tecnologias Sociais e Economia Solidária e o NESIC - Núcleo de Economia Solidária da UCPEL. O curso artesanal ocorreu no salão da Igreja Nossa Senhora da Luz, quinzenalmente, durante maio e agosto de 2013, das 13:30 às 17:30, somando uma carga horária de 32 horas e teve a participação de 25 pessoas, não sendo todos membros do Grupo Cidadania e Vida. As atividades desenvolvidas durante a formação pelos assessores aos inscritos no projeto foram:

1. Planejamento conjunto de cronograma de atividades
2. Estudo sobre plantas medicinais e essências
3. Oficina de trocas de experiências, saberes e habilidades
4. Oficina prática de produção de sabão e sabonete ecológico
5. Trabalho na linha de criação e produção no artesanato

O II Projeto Horta Orgânica: semeando a cidadania – é uma horta orgânica criada nos fundos da Comunidade Católica Sagrada Família, atual sede do grupo, e tem como objetivo ser uma horta comunitária orgânica, de acordo com a proposta de segurança alimentar da cidade de Pelotas, a partir da inserção produtiva das integrantes do grupo e demais pessoas que frequentam a comunidade. Este projeto, idealizado em março de 2016, contou com o apoio do Grupo São Domingos, especificamente, do Joaquim e da Leonor – agricultores familiares da cidade de Morro Redondo para a execução técnica da horta.

Esses projetos demonstram a busca pela capacitação das mulheres, pela geração de renda e pela valorização do seu trabalho, através da atuação do Grupo Cidadania e Vida, lhes possibilitando ter autonomia e independência.

2.3 Grupo Cidadania e Vida – Atualmente

Devido à venda do prédio onde funcionava o Grupo Cidadania e Vida, na Igreja Nossa Senhora da Luz, no centro de Pelotas, desde 1963, o empreendimento foi transferido, em novembro de 2015, para a Comunidade Católica Sagrada Família, localizada no bairro Areal de Pelotas.



Figura 19 - Atual localização da sede do Grupo Cidadania e Vida no mapa de Pelotas/RS.
Fonte: Google Maps.

Durante as visitas, realizadas entre agosto e setembro de 2020, foi possível produzir material, fazer analogias e levantar dados etnográficos sobre a caracterização do campo de estudo, através do meu diário de campo.

Começarei, inicialmente, a descrever sobre o espaço da Comunidade Católica Sagrada Família, para que assim, em seguida, se possa compreender melhor o espaço ocupado pelo Grupo Cidadania e Vida nos fundos da comunidade. Na figura a seguir pode ser visualizada a entrada/fachada da Comunidade Católica Sagrada Família. O espaço ocupado é enorme, logo na entrada do portão nos deparamos com um pátio imenso, com pedras miúdas e cinzentas e árvores grandes.



Figura 20 - Entrada da Comunidade Católica Sagrada Família. Fonte: Acervo pessoal, 2020.

No prosseguimento da caracterização do empreendimento, cabe dizer que, apesar do espaço da comunidade ser enorme, as peças cedidas ao Grupo Cidadania e Vida, nos fundos da comunidade para exercer suas atividades de trabalho, são muito pequenas, praticamente nulas perante o espaço todo pertencente à comunidade. Quando entramos no primeiro portão, localizado à esquerda da comunidade, e caminhamos em direção aos fundos, nos deparamos com uma entrada estreita e com um portão de ferro pequeno que dá acesso a porta de entrada à peça de trabalho do grupo, como demonstrado na foto a seguir:



Figura 21 - Entrada do local de trabalho do grupo, como sinalizada na foto. Fonte: Acervo pessoal, 2020.

No interior do espaço ocupado pelo grupo, avistamos que o local é composto por duas peças. A “maior” peça é caracterizada pelo grupo de cozinha, sendo um espaço pequeno, não arejado e que possui apenas uma janela; uma geladeira; uma mesa quadrada que ocupa a maior parte do espaço; um armário de ferro, que é utilizado para guardar a matéria prima do grupo; e um balcão com pia e dois fogões. Porém, apenas o fogão de duas bocas é utilizado no momento,

por conta de o fogão de seis bocas encontrar-se sem o botijão de gás há muito tempo, por falta de recursos financeiros para adquirir outro, como relatou à coordenadora.

Quando cheguei na peça de entrada que é ocupada por uma cozinha improvisada, fiquei refletindo como era que as integrantes se organizavam naquela peça tão pequena para trabalhar em grupo. Essa inquietação veio mais por conta de estarmos em um período de pandemia que nos exige distanciamento para não gerar a deflagração do coronavírus, mas como ficar distante em uma peça equivalente ao tamanho de um quarto pequeno? (DIÁRIO DE CAMPO, 2020)



Figura 22 - Fogão de duas bocas utilizados para a produção do sabão e sabonete ecológico.
Fonte: Acervo pessoal, 2020.

No segundo e último dia de visita ao campo, chego no grupo no horário marcado, via *WhatsApp*, com a coordenadora. Eram 14:15h da tarde de um dia chuvoso e frio. Quando entrei no portão principal que dá acesso a peça do grupo, percebi que a Bianca, a Marilda e a Elizabeth, presentes naquele dia, estavam se organizando para fazer uma limpeza no pátio, onde estavam armazenados os óleos que haviam sido doados há bastante tempo e necessitavam de higienização ou descarte, como me relataram posteriormente em conversa. Foi a partir deste momento, que me ofereci para ajudá-las nesse processo e foi

quando tive a oportunidade de conhecer o banheiro (fechado no meu primeiro dia de visita ao grupo). Caracterizado como uma peça pequena, sem ventilação, que possui apenas uma pia e um vaso sanitário (não utilizado), com vários baldes, lotados de óleo, sendo denominado pelo grupo como local de depósito dos litros de óleo já higienizados e que são utilizados na produção de sabão ecológico.

2.3.1 As integrantes



Figura 23 - Atual coordenadora do grupo, Marilda. Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Atualmente, a coordenadora do Grupo Cidadania e Vida é a Marilda. Ela tem 56 anos e mora no bairro Dunas de Pelotas, próximo ao local de encontro do grupo. Ela tomou a coordenação do grupo em 2019, quando Dona Ana precisou se afastar do grupo por causa de problemas de saúde ocasionados pelo avanço da idade. Foi quando a ex-coordenadora fez o convite a Marilda para tomar a coordenação e ela aceitou.

Marilda: Nossa, foi um desafio, eu já fazia parte do grupo há muitos anos, desde lá da Igreja Nossa Senhora da Luz, onde tudo começou, mas ser coordenadora nunca me passou pela cabeça, é muita responsabilidade, mas como Dona Ana não tinha mais saúde para seguir no grupo, eu decidi aceitar, por que todas que estão aqui,

precisam de algo, seja lá de dinheiro ou de afeto, por isso decidi seguir com o grupo, por todas nós.

O grupo é formado por, aproximadamente, dez mulheres, entre 30 e 59 anos de idade, que se autodeclaram como negras ou pardas, com baixo grau de escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, somente seis frequentam e participam, efetivamente, do grupo, em busca de inclusão social e complementação de suas rendas. Nenhuma delas trabalha de carteira assinada, apenas fazem bicos como faxineiras, boleiras, entre outros. Apenas duas, das seis integrantes, têm renda fixa, que seria a pensão por falecimento de seus companheiros. Elas moram em bairros periféricos, vizinhos ao local de encontro do grupo, todas vão até o local a pé ou de bicicleta, sendo o único meio de transporte viável a elas, como me relatou a Elizabeth, uma das integrantes do grupo.

No seguinte quadro são apresentadas algumas características gerais de suas integrantes:

Tabela 1 - Caracterização das mulheres integrantes do Grupo Cidadania e Vida.

Nome	Idade	Naturalidade	Bairro onde moram	Escolaridade	Filhos	Estado civil
Marilda	56	Pelotas	Dunas	Fundamental	1	Viúva
Maria	52	Pelotas	Dunas	Fundamental	1	Solteira
Maria Elinara	59	Pelotas	Bom Jesus	Não possui	0	Solteira
Daniela	42	Pelotas	Dunas	Fundamental	2	Solteira
Elizabeth	25	Pelotas	Dunas	Fundamental	2	Viúva
Bianca	30	Pelotas	Bom Jesus	Fundamental	2	Solteira

Fonte: Pela autora, 2021.

A entrada de novas integrantes é voluntária e existe uma obrigatoriedade de participar, pelo menos, de 4 encontros de produção para permanecer no grupo e fazer parte da divisão de lucros em cima das vendas dos produtos comercializados por elas. Ao mesmo tempo, existe um debate sobre a obrigatoriedade da presença na produção para receber a participação nos lucros da comercialização dos produtos. Esse tema é recorrente nas conversas no grupo do *WhatsApp* quando tem que ir até o grupo para fazer a produção dos sabões e sabonetes ecológicos. O grupo possui grande dificuldade de fomentar a participação das integrantes. Fala-se em uma participação efetiva, que difere da simples presença das integrantes no local de trabalho, mas sim de estar ali produzindo – auxiliando umas às outras. Segundo o relato da coordenadora Marilda, quando é necessário ir até o local de trabalho do grupo para produzir:

Marilda: Olha meninas, assim fica difícil de querer continuar com o grupo, por que eu estou sobrecarregada de coisas pra fazer aqui, enquanto vocês ficam aí dando desculpas para não ir até o grupo, tem que ir e produzir para ganhar em cima, senão não ganha, coloquem a mão na massa e parem de ficar arranjando desculpas para não ir no grupo, eu também tenho problemas e estou aqui e não estou reclamando, estou só pedindo para vocês fazerem a parte de vocês, senão vou ser obrigada a tirar vocês do grupo.

Maria: Eu estou com dor nas costas, está muito frio, não consigo sair da cama, não tem mesmo como eu ir, no próximo eu vou, não te preocupa.

Marilda: Ok

(Grupo do WhatsApp, 2021)

Nessa passagem fica evidente a discussão sobre a dificuldade de fomentar a participação efetiva das integrantes na produção do grupo. Segundo Marilda, existem integrantes que aparecem muito pouco e quando aparecem “não querem botar a mão na massa”, ou só aparecem para conversar e tomar chimarrão.

Por outro lado, existe uma luta diária pela participação efetiva das integrantes. Um exemplo dessa estratégia ocorre nas trocas de conversas no grupo do *WhatsApp* das integrantes. Em muitas conversas, constavam frases como: “Bom dia meninas, hoje tem sol, tem grupo”, ou “vamos produzir hoje, temos bastante encomendas, vamos ganhar um dinheirinho bom”, além das várias tentativas de bom dia, sem respostas.

2.3.2 A produção e produtos



Figura 24 -Sabão de cozinha ecológico pronto para comercialização. Fonte: Grupo do WhatsApp.

No momento atual, o Grupo Cidadania e Vida não produz mais crochês, tricôs e nem artesanatos¹⁴, apenas realiza a produção de sabão e sabonete ecológico. Os encontros para a produção acontecem semanalmente, às segundas-feiras e às quintas-feiras, a partir das 14 horas, no local de trabalho do grupo. O fluxo de produção depende da demanda de encomendas, no entanto, mesmo quando não há encomendas, elas produzem e fazem estoque dos produtos, a fim de se prevenir de algum imprevisto que venha a vir.



Figura 25 - Estoque de sabões e sabonetes ecológicos. Fonte: Acervo pessoal, 2020.

O sabão produzido pelo grupo é caracterizado como ecológico, pois é feito com a reutilização de óleo de cozinha, doado por restaurantes, padarias e bares da cidade de Pelotas. Neste caso, é evitado o descarte incorreto de óleo na natureza. Para a produção do sabão e sabonete ecológico, leva-se em torno de 2 horas para finalizar o preparo da receita – e, um ou dois dias para secagem das barras. Normalmente, elas produzem às segundas-feiras e cortam e/ou

¹⁴ Desde 2015, quando o grupo se mudou da Igreja Nossa Senhora da Luz para a Comunidade Católica Sagrada Família, decidiram em reunião, não produzir mais artesanatos, crochês e tricô – optaram focar somente na produção de sabão e sabonetes ecológicos, por gostarem mais deste tipo de produção, como me relatou a coordenadora em conversa no *WhatsApp*.

desenformam às quintas-feiras. É utilizada os seguintes itens na receita, disponibilizada no grupo:

- ❖ 4 kg de gordura animal derretida (sebo)
- ❖ 2 litros de óleo de cozinha higienizados
- ❖ 4 litros de álcool (70%) de cereais
- ❖ 1 quilo de hidróxido de sódio
- ❖ 1 litro de água
- ❖ 250 g de tintura de calêndula
- ❖ Essência aromática

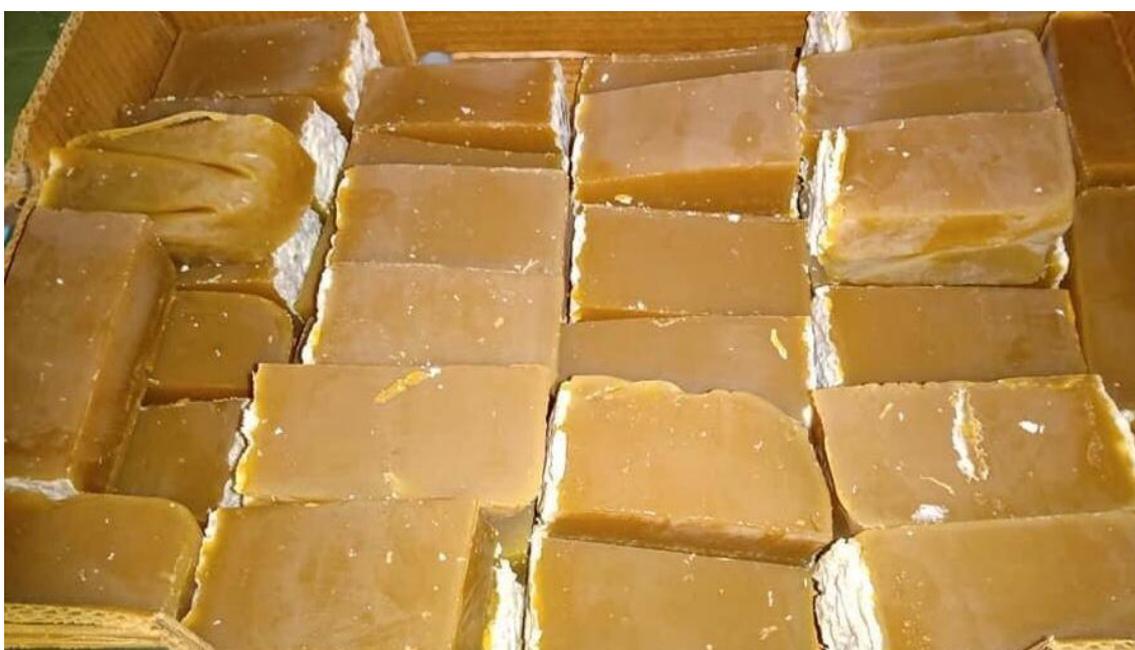


Figura 26 - Sabão de cozinha ecológico em processo de produção. Fonte: Grupo do WhatsApp.

Os itens citados acima são adquiridos no comércio de Pelotas, em um mercado local, por exemplo, elas adquirem o álcool 70% de cereais e o hidróxido de sódio com o melhor preço da cidade. A tintura de calêndula¹⁵ é produzida por elas mesmas – que colhem a planta na horta comunitária da comunidade e preparam a tintura, a partir da mistura da calêndula e da vaselina, além de produzir também sabonetes ecológicos em essências de canela, babosa, maracujá, eucalipto, erva cidreira, malva cheirosa e hortelã, de acordo com os pedidos solicitados por seus consumidores.

¹⁵ A calêndula é mais conhecida como bem-me-quer é considerada uma planta popular e pode ser usada como planta medicinal que trata de problemas de pele como inflamações e queimaduras. Disponível em: <ps://www.ecycle.com.br/calendula/>



Figura 27 - Sabonete ecológico de canela em processo de produção. Fonte: Grupo do WhatsApp.

As embalagens que são utilizadas para envolver os produtos, são produzidas pelas integrantes em embalagens de papel *kraft* – para os sabões de cozinha – e para os sabonetes são utilizadas embalagens transparentes de plástico para facilitar a escolha da essência pelos seus consumidores. A seguir, uma tabela com os valores dos produtos.

Tabela 2 - Relação monetária dos produtos.

Produto	Tamanho	Valor
Sabão de cozinha ecológico	Único	5 reais
Sabonete ecológico	P	4 reais
Sabonete ecológico	M	5 reais
Sabonete ecológico	G	6 reais

Fonte: Pela autora, 2021.

Sobre o processo de produção, segue o relato conforme anotado em meu diário de campo:

A Elisabeth deu início aos trabalhos, começou a separar os utensílios que iriam ser utilizados durante aquela tarde, a Bianca logo ligou o fogo e para aquecer a água, a coordenadora começou lavar as panelas que iam ser utilizadas no processo e a Elinara estava auxiliando na preparação das formas. Durante aquela tarde, enquanto eu estava em pé na rua conversando com elas à distância para não causar aglomeração na peça da cozinha, elas davam continuidade ao processo de produção dos sabões que aconteceu até umas 15:30 e eu estava ali, conversando/interagindo e anotando no meu diário de campo as características do local. Sendo assim, rapidamente chegou

às 16h horas e as mulheres começaram lentamente a pegar suas coisas para irem embora (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Notei que apesar do espaço ser apertado para realizar a produção dos produtos (sabões e sabonetes ecológicos), as mulheres fazem daquele ambiente algo colaborativo. Observei isso quando elas começaram a pegar os itens para iniciar a produção dos sabonetes, que aconteceu na tarde em que eu estava ali. Não houve um processo de delinear a tarefa que cada integrante iria exercer no processo de produção, mas com o andamento da produção, cada integrante colabora espontaneamente de alguma forma, simultaneamente, onde conversavam assuntos relacionados à família, especificamente, sobre os cuidados com os filhos, com a rotina de casa e sobre as tarefas ali presentes referentes à produção do sabão.

De acordo com a coordenadora, o grupo chega a produzir em torno de 200 barras de sabões e sabonetes ecológicos mensalmente, mas isso depende muito do número de encomendas, quando não há, normalmente vendem em torno de 100 sabões e sabonetes ecológicos por mês. A divisão dos lucros acontece de forma igualitária, durante o início de cada mês. Entram na divisão dos lucros aquelas integrantes que participaram de, no mínimo, 4 encontros do processo de produção e comercialização dos produtos.

No cotidiano do grupo, existem diversas questões que precisam ser decididas durante o processo de trabalho e produção. Sobre a compra de matérias, as integrantes relatam que se “*juntam na cozinha e conversam*”, mas muitas das compras já fazem parte da rotina. Como é o caso da gordura animal – *mais conhecido como sebo*¹⁶. Não foi possível acompanhar a fundo os processos decisórios sobre questões relacionadas ao grupo, mas em diferentes relatos, percebe-se que, geralmente, essas decisões ocorrem “pra ontem” quando surge alguma questão que necessita ser decidida pelo grupo.

Segundo os relatos das integrantes, os principais consumidores dos produtos – sabão e sabonete ecológico – são as pessoas que estão envolvidas com a economia solidária na cidade de Pelotas e a vizinhança de seus

¹⁶ Em um relato da coordenadora sobre como os insumos para a produção são adquiridos, a mesma, me relata que o sebo, um dos principais ingredientes na produção de sabão, é adquirido em um açougue que fica no bairro Sanga Funda – um bairro bem distante do local de trabalho do grupo, no entanto, o açougue presta o serviço de tele entrega – e entrega o produto todas as segundas-feiras a partir das 14h no grupo.

respectivos bairros, incluindo – amigos e parentes. Dentro desse contexto, o grupo conta com a parceria da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas – que compram os produtos para inserir em cestas básicas que são doadas pela instituição a projetos sociais do qual fazem parte e o Banco de Alimentos Madre Tereza de Calcutá¹⁷. A entidade doa, todos os meses, uma sacola básica de alimentos a todas as integrantes que frequentam o grupo. Além disso, existe a comercialização dos produtos durante a participação em feiras na cidade.

2.3.3 As feiras



Figura 28 - Grupo Cidadania e Vida participando de um evento em frente à catedral de Pelotas promovido pela Feira Solidária Bayo - Um novo caminho em 2019. Fonte: Página do Facebook da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas.

Atualmente, as integrantes do Grupo Cidadania e Vida, fazem parte de duas feiras de economia solidária, que são espaços nos quais elas expõem seus produtos, sabões e sabonetes ecológicos, para comercialização e promovendo a autogestão. São locais que possibilitam troca de saberes com os demais empreendimentos de economia solidária que compõem a região de Pelotas.

O primeiro espaço é a Feira Solidária Bayo – Um novo caminho, do qual o grupo participa desde sua formação em 2018. A feira está habitando,

¹⁷ Inaugurado no dia 6 de julho de 2003, o Banco de Alimentos Madre Tereza de Calcutá surgiu da união da Diocese de Pelotas com o Mutirão para a Superação da Fome e da Miséria. Para mais informações, acesse: <http://www.bancomadretereza.com.br/home>

atualmente, as dependências da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas, no bairro Areal, localizada a 4 km do centro da cidade de Pelotas. Na feira são comercializados diversos produtos agroecológicos, artesanatos e produtos de higiene produzidos pelos grupos – acontece todas as sextas-feiras, a partir das 14h da tarde, no entanto, com a deflagração da pandemia do coronavírus, a feira está suspensa por tempo indeterminado.



Figura 29 - Produtos sendo comercializados na Feira Solidária Bayo - Um novo Caminho em 2019. Fonte: Cáritas Arquidiocesana de Pelotas.



Figura 30 - Grupo Cidadania e Vida expondo seus artesanatos na Feira Bem da Terra em frente à UCPEL em 2011. Fonte: Acervo de Dona Ana.

O segundo espaço, é a Associação Bem da Terra Comércio Justo e Solidário¹⁸, do qual o grupo faz parte desde 2009. Neste ambiente, são comercializados produtos orgânicos, produtos de higiene pessoal, laticínios, artesanatos, sucos e panificados. Tem como objetivo oportunizar espaços de comercialização adequados aos produtores da economia solidária, sensibilizando consumidores e consumidoras para a prática do consumo responsável e sustentável. As feiras acontecem em diversos lugares da Cidade de Pelotas, no entanto, é na frente da UCPEL e dos diferentes campus da UFPEL que ocorrem com mais frequência. Elas acontecem durante todo o dia e, geralmente, ocorrem 3 vezes por mês, mas, por conta da Covid-19, estes espaços estão com as atividades suspensas.

2.4 Dona Ana, a ex-coordenadora

*“Sejamos luta e resistência”
Dona Ana*

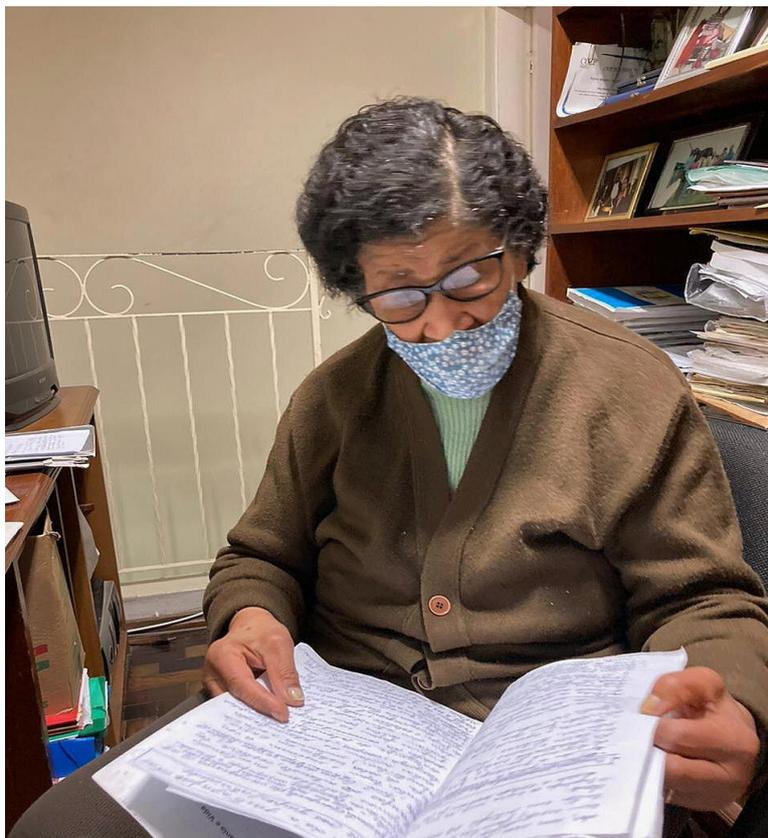


Figura 31 - Dona Ana lendo seu memorial descritivo, escrito como requisito obrigatório ingressar no mestrado em Educação na FURG, em 2001. Fonte: Acervo pessoal, 2021.

¹⁸ Para mais informações sobre a Feira, disponível em: <https://www.facebook.com/feiravirtualbemdaterra/about/>

Esta parte do trabalho se inicia da forma que ele merece, com uma fotografia marcante, mas não só isso, a mulher que está ali sentada, de óculos de lentes escuras, com uma máscara de proteção de tecido na cor lilás e rosas brancas, escondendo seu sorriso esplêndido, está lendo seu memorial para mim, escrito em 2001, para ingressar no mestrado em Educação da FURG. Ela também é uma mulher negra que enfrentou todos os desafios possíveis e impossíveis que a vida lhe proporcionou. Isso a inspirou para estar aqui hoje, contando sua história para que mulheres negras, como eu, possam aprender a não desistirem jamais de suas histórias. Fazendo com que eu compreendesse que um dia podemos ser nós a inspirar outras mulheres negras a contar as suas trajetórias de luta e resistência.

A entrevista com Dona Ana foi realizada na sua residência, no início de julho de 2021, no começo da tarde. Ana Maria Soares da Silva, mais conhecida como Dona Ana, nasceu em Canguçu, no interior do Rio Grande do Sul e tem 82 anos. Perguntei sobre a sua infância, em meados de 1940, e logo ela responde em um tom de voz originário de superação:

Dona Ana: Desde pequena aprendi que a vida é luta e desafio. Aos três anos perdi meu pai, e por não ter patrimônio, eu e minha mãe, fomos obrigadas a trabalhar para grandes latifundiários, em forma de encomenda. Sem salário, sem terra, sem destino, minha vida foi marcada pela ousadia e porque não dizer resistência frente aos impasses da vida.

Dona Ana relata que, por ser negra, a discriminação racial e social, econômica e educacional, causava nela um sentimento contraditório. Isso porque de um lado era a causa de exclusão, de pobreza e trabalho semi-escravo, em casas de famílias brancas, mas, por outro lado, motivava a luta por uma vida digna e a buscar o impossível para os padrões da época – ser cidadã, estudar, quebrar as barreiras, internas e externas, existentes nela e na sociedade, *“questionar o e todas as formas de exclusão social presentes e marcantes tanto na minha consciência, quanto no meu coração”*.

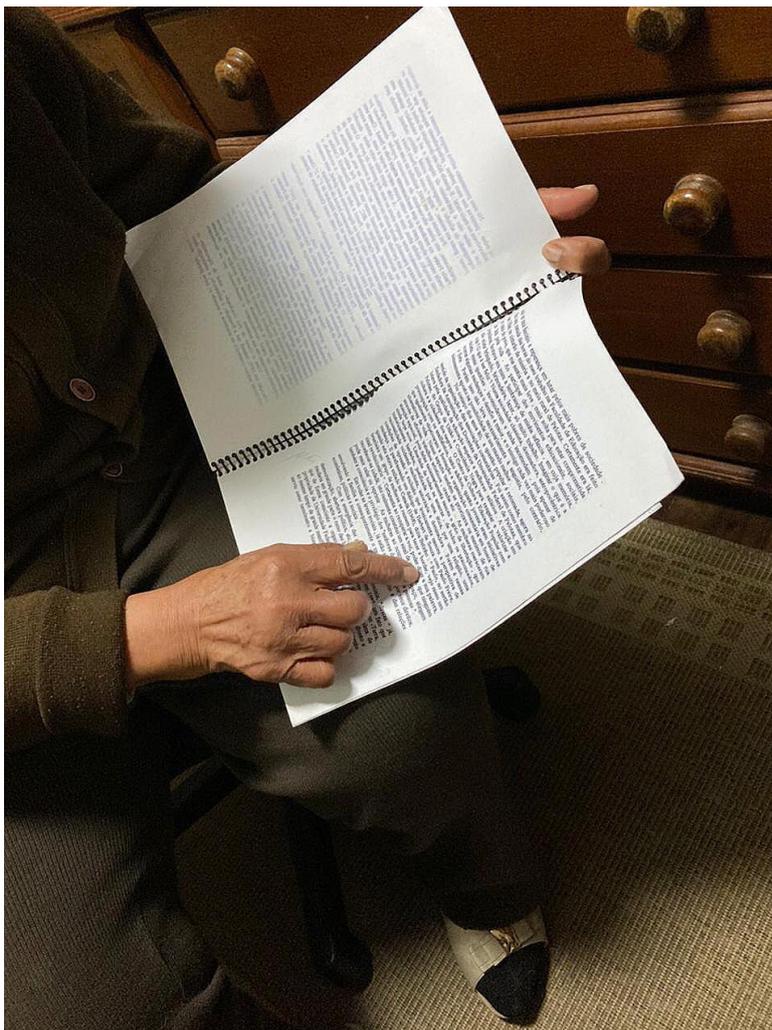


Figura 32 - Dona Ana lendo suas anotações sobre sua história de vida. Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Em meu trabalho de conclusão de curso, chamado *Políticas públicas raciais para os negros no Brasil: um ensaio do trabalho da/o assistente social na garantia de direitos*, reflito sobre as condições existenciais dos negros na sociedade brasileira no século XIX. Neste contexto, a partir da década de 1930, ocorria no Brasil, à imagem da harmonia étnica e racial entre brancos e negros, definido como democracia racial. Segundo Natália Santos (2009), o termo “democracia racial” é uma leitura da realidade brasileira para mostrar que, no Brasil, a escravidão ocorreu de forma mais branda, significando que vivíamos em um “paraíso racial”, onde todos tiveram oportunidades iguais de ascensão social, econômica e política. Posteriormente, essa afirmação causou a marginalização da população negra que vivia em desvantagens de oportunidades perante os brancos, como demonstra Dona Ana em sua fala:

Dona Ana: Em 1948, minha mãe, meu irmão e eu viemos para Pelotas, trabalhar em casa de família em troca de comida num acordo que permitia o não pagamento dos nossos salários pela liberação para meus estudos. Era injusto, mas esta foi a única maneira encontrada para que eu pudesse sonhar, estudar, pensar e uma forma também de viver. Quando a noite chegava, muitas vezes ainda era obrigada a trabalhar na horta para concluir a tarefa imposta a minha mãe pelos patrões. O cansaço físico, o sofrimento corporal não era maior a humilhação, o corte no coração, perceber que não era possível aceitar uma sociedade assim, cheia de contradições em seus conceitos, em suas relações num mundo desumano e sem sentido. Tudo isso era para mim motivo de revolta, que internamente era controlado pela possibilidade de acreditar num mundo melhor, diferente e feliz.

Em 1960, a Dona Ana concluía o seu curso Normal (magistério), realizado no Instituto Estadual de Educação Assis Brasil, localizado no centro de Pelotas. Segundo seu relato, este diploma era muito importante para ela, por permitir a realização do sonho de ser professora – “era como se o mundo abrisse as portas para mim”, acrescentou ela.

Dona Ana: Percebi que a história, vai sendo construída passo a passo, num movimento constante, num processo dialético onde o amor e a dor se fundem e se confundem, mas gerando sempre uma nova síntese, a novidade, a luz que precisamos para abrir caminhos e acreditar sim nas transformações, mesmo pequenas, mas constantes.

A partir de então, começou a atuar como professora do primário em diversas escolas na cidade e na zona rural. Em 1963, trabalhou como professora na zona rural de Pelotas. Segundo seus relatos, esse momento caracteriza-se como um dos mais importantes de sua carreira profissional.

Dona Ana: Menina, foi uma experiência gratificante demais, em plena efervescência do movimento popular desencadeado por Paulo Freire no Nordeste e que imediatamente atingiu todo o Brasil. Como uma janela sempre aberta para que o vento possa entrar e arejar a casa, assim estava meu coração, minha alma, meu ser. A vida agora tinha outro sabor, descobri que era necessário estar sempre alerta ao som dos gemidos do povo. O trem da história estava passando havia muita movimentação, a sociedade dava sinais de mudanças, era um período fértil na música, no cinema, na arte, na política, na economia, no movimento educacional como um todo. Foi então que resolvi entrar numa luta maior, participar da Juventude Estudantil Católica e Movimento de Educadores Católicos. Passei a olhar o mundo, a sociedade e o ser humano, não mais numa visão local ou fragmentária, mas global, num contexto social, político, pois educação era uma ferramenta básica de mudança. Foi a partir daí que eu junto com o falecido Padre José Schramm comecei a articular junto à Pastoral Social da Igreja Nossa Senhora da Luz, a formação do grupo, hoje chamado Grupo Cidadania e Vida, como tu já conhece.

Logo quando ela terminou de falar, perguntei como ela tinha se inserido na Universidade Federal de Pelotas, como ela já havia me comentado em outros encontros que tivemos anterior a presente pesquisa – foi quando a mesma,

começou a me detalhar como tinha sido seu processo de inserção no meio acadêmico, conforme o relato a seguir:

Dona Ana: Luiza, é tanta coisa que eu tenho vontade de te contar, mas minha cabeça esquecida não permite mais, mas vou te contar o que realmente importa para responder sua pergunta. Lá em 1970, ganhei uma bolsa de estudos integral de um político da época e ingressei no curso de Pedagogia da Universidade Católica de Pelotas, foi assim que em 1973 eu finalizei o curso e finalmente consegui o título para ser professora universitária. Dediquei-me aos estudos durante uns bons anos, foi quando em janeiro de 1977 consegui passar no concurso para ser professora de Metodologia do Ensino Superior na Universidade Federal de Pelotas. Nossa! Esse foi o grande sonho da minha vida, nessa fase, ganhei o mundo, o passarinho aprendeu a voar e gostou da experiência em trilhar caminhos novos, longínquos e libertadores. Foi um período rico, fértil, maduro de construção do conhecimento de experiências populares, de participação local, regional, nacional, em eventos marcantes com personagens que fizeram história e ajudaram na formação do pensamento e na organização dos trabalhos populares – com Paulo Freire – o mestre maior, aprendi em vários encontros em Belo Horizonte, São Paulo e até mesmo em Pelotas, quando ele esteve aqui no Colégio Pelotense – que a vida é um compromisso constante; dos diversos cursos, seminários, simpósios com a participação de Moacir Gadotti, Pedro Garcia, José Carlos Libâneo, Sílvia Manfredi, Leonardo Boff, Maurício Tratemberg, Dagmar Pedro Góes percebi a importância decisiva em acreditar nas pequenas experiências, no papel revolucionário e transformador que os movimentos populares carregam em sua essência.

No discorrer daquela tarde harmoniosa, chuvosa e fria, eu estava muito empolgada com aquela entrevista com a Dona Ana e, aparentemente, ela também. No entanto, ela começou a reclamar de dores nas costas – foi quando eu decidi “encurtar” minhas indagações enquanto etnógrafa – a partir deste momento, eu falei a ela para que me contasse coisas que ela achava importante a serem sublinhadas em sua trajetória – neste momento, ela rapidamente esqueceu das dores, colocou um sorriso no rosto escondido pela máscara de proteção e começou a me contar como tinha sido seu processo de inserção na pós-graduação.

Dona Ana: Minha filha, antes de eu entrar para o mestrado, eu fiz uma especialização em educação na UFPEL em 1980, com isso entendi que a formação, a informação, a construção desse referencial teórico construído na academia e somado ao saber popular, exerce cada vez mais fascínio e esperança em lutar pelos mais pobres. Naquela época, a metade das minhas horas de trabalho na faculdade de educação era feito nas vilas, no cinturão da pobreza e, também, lá no meio rural. Certamente era lá, no meio do povo, que me sentia mais leve, mais solta para estar lutando sempre pela vida. Quando eu participava dos movimentos educacionais, sociais e populares, brotava em mim a lembrança da minha infância, em que, cuja memória, não existe brinquedo, brincadeira, lazer, só muito trabalho. Imaginar o que é a vida? O que é ser feliz? Numa sociedade classista, racista, dominadora, antropocêntrica, essas questões incomodavam e ainda

incomodam, pois apesar de ocorrer algumas mudanças, o desafio é maior, e o inimigo cada vez mais poderoso e forte. Porém, isso não leva necessariamente à angústia, pelo contrário, teimosamente aposto na possibilidade de um mundo melhor.

Em meados dos anos 2000, a Dona Ana ingressou no mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal de Rio Grande. A partir deste período, sua trajetória acadêmica se consolidou em estudos da questão ambiental, além da ligação direta com os movimentos populares, principalmente na preocupação com uma sociedade que introduz a escassez de alimentos para os mais pobres. Tinha como objetivo desenvolver uma pesquisa ligada ao saber popular e foi quando escolheu o tema sobre Mulheres e Educação Ambiental, tendo como título da dissertação *Educação Ambiental Não-Formal: Avaliação de uma experiência com mulheres pobres de Pelotas*. Neste trabalho, ela tinha como objetivo fazer uma reflexão sobre a alimentação e a mulher na perspectiva ecofeminista.

Dona Ana: Nossa! Minha querida, este trabalho foi realizado, mas não ficou muito bom, eu não consegui problematizar bem meus objetivos, mas te digo, eu fui à primeira mulher negra a defender uma dissertação sobre saber popular, e isso já me deixa muito feliz, por fazer história em uma universidade pública, levando não só a questão ambiental mas também levando toda minha bagagem com trabalhos sociais dos quais eu participei como professora e militante.

Encerro as minhas indagações pedindo a ela que me contasse como tinha sido a experiência de fundar e ser coordenadora do Grupo Cidadania e Vida, por mais de 50 anos. Neste momento, ela encheu os olhos de lágrimas e começou a me contar sobre as suas vivências enquanto mulher que fundou e coordenou um grupo de mulheres periféricas durante, praticamente, uma vida inteira. Segundo ela, “*sendo uma história de muita luta e resistência por uma vida mais justa e igualitária para todas*”.

Dona Ana: Construir o grupo desde seu início, foi um desafio cheio de surpresas boas e umas nem tão boas assim, mas considero que foi um grande presente fazer parte dessa história. Sempre acreditei que o trabalho de base, nas vilas – fosse o caminho para combater as desigualdades sociais existentes, mas não sendo só isso, porque as mulheres negras, sofrem essas violências de forma duplicada, pela classe e pela raça e isso é muito triste. O Grupo Cidadania e Vida – hoje, podemos dizer que é um grupo construído por mulheres negras e periféricas que não só produzem sabão, mas sim partilham experiências cotidianas sobre a vida, sobre a família, sobre suas vivências, sobre o amor.



Figura 33 - Dona Ana com a integrante do Grupo Cidadania e Vida - Maria Elinara, na Feira Solidária Bayo em 2018. Fonte: Cáritas Arquidiocesana de Pelotas.

Considerações Finais

A abordagem sugerida pelas experiências das *outsiders within* é de que os intelectuais aprendam a confiar em suas próprias biografias pessoais e culturais como fontes significativas de conhecimento. Ao contrário de abordagens que exigem submergir essas dimensões do self durante o processo de se tornar um cientista social objetivo, supostamente não enviesado, as *outsiders within* reintroduzem essas formas de conhecimento no procedimento de pesquisa. Na melhor das hipóteses, esse status parece oferecer às suas ocupantes um equilíbrio poderoso entre os pontos fortes de seu treinamento sociológico e as contribuições de suas experiências pessoais e culturais. Nenhum se subordina ao outro. Na verdade, a realidade vivenciada é usada como fonte válida de conhecimento para criticar fatos e teorias sociológicas, ao passo que o pensamento sociológico oferece novas formas de ver esta realidade vivenciada (COLLINS, 2016, p. 123).

Historicamente, nós mulheres sofremos diversas violências e, dentre elas, a violência intelectual, que nos causam diversos sentimentos, como a vontade de desistir dos nossos sonhos. No entanto, a partir do momento em que nos aproximamos daquilo que acreditamos, abrimos os olhos para um outro mundo, onde existe resistência e um céu sempre azul. Como elucida Patricia Collins (2016, p.123) “Muitas feministas negras estão abraçando o potencial criativo de seu status de *outsider within* e usando-o de forma sábia. Ao fazê-lo, aproximam-se de si mesmas (...)”. Este trecho tem muito a dizer sobre a construção deste trabalho, que buscou trazer não apenas uma pesquisa etnográfica, mas apresentar o compartilhamento de vivências, trajetórias, sentimentos, percepções, aflições e resistências a partir de uma pesquisadora negra.

O objetivo da pesquisa aqui tratada foi o de compreender a história e trajetória do Grupo Cidadania e Vida e de sua ex-coordenadora, Dona Ana, com a finalidade de registrar através do percurso etnográfico, como esses sujeitos constroem essas narrativas e suas subjetividades.

No primeiro capítulo buscamos trazer breves reflexões teóricas sobre mulheres negras e identidade a partir de teóricas feministas negras e teóricos pós-coloniais, a fim de demonstrar uma outra construção do pensamento crítico para além do pensamento hegemônico existente. Também, neste capítulo, realizamos aquilo que denominamos de construção do percurso etnográfico – trazendo os processos pelos quais passamos para construir esta etnografia do Grupo Cidadania e Vida.

No segundo capítulo apresentamos, de fato, o campo de pesquisa – Grupo Cidadania e Vida, que conta em sua história, com uma figura de grande

importância para o trabalho – Dona Ana, ex-coordenadora do grupo. A partir de então, discorreremos sobre a história do grupo – onde ele se fundou e o pós – como ele se encontra atualmente, apresentando suas integrantes, suas produções, seus processos decisórios, seus consumidores e parceiros, além de suas fontes de atuação – as feiras das quais o grupo faz parte e, por fim, a história e trajetória de vida de sua ex-coordenadora, Dona Ana.

A partir disso, percebemos que o Grupo Cidadania e Vida tem em sua história diversas questões importantes para serem investidas, dentre elas, o protagonismo de mulheres negras na história do mesmo. Dona Ana, ex-coordenadora do grupo, é uma figura de grande representatividade, não apenas para o grupo, mas por todos e todas as pessoas que tiveram o prazer de conviver e compartilhar um pouco da vida com ela.

O Grupo Cidadania e Vida luta, diariamente, por sua existência e que tem em sua composição a presença de mulheres negras que lutam outras batalhas além dessa – aquelas que denominamos de “luta pela vida”. A partir disto, podemos dizer que o grupo é regado de muitos conhecimentos compartilhados a partir do espaço de produção de sabão e sabonete ecológico, sendo configurado como um ambiente onde mulheres negras constroem além da produção, vivências e aprendizados.

O recurso teórico-metodológico apresentado nesta etnografia tinha o propósito político – combater o racismo e o sexismo presentes em todos os âmbitos da sociedade, configurando-se, assim, nosso pressuposto para afrontar a hierarquização social presente nas esferas do conhecimento e em suas intersecções com as questões de classe, gênero e raça.

Com relação a história da Dona Ana e os momentos junto a ela, pude me identificar com as suas vivências, tanto boas quanto ruins. Somos mulheres negras que enfrentam os desafios impostos pela sociedade desde que nascemos, da mesma forma, buscamos o conhecimento, tanto acadêmico como popular, para quebrar padrões e barreiras e trazer à tona as pautas sobre gênero, classe e raça.

Portanto, este trabalho contribui para mostrar que o saber pode ser construído a partir do saber popular – das suas vivências – dos seus aprendizados e, principalmente, dos seus ensinamentos. Entretanto, estamos vivendo em um período de pandemia do coronavírus – que não nos permitiu

demonstrar profundamente o universo de detalhes que existe no processo da produção deste saber – produção de sabão e sabonete ecológico do Grupo Cidadania e Vida. No entanto, para suprir estes anseios, pretende-se apresentá-los em uma futura tese de doutorado.

Referências Bibliográficas

ABREU, Raphael Lorenzeto. **Localização de Pelotas no Rio Grande do Sul**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pelotas#/media/Ficheiro:Locator_map_of_Pelotas_in_Rio_Grande_do_Sul.svg. Acesso em: 10 set. 2021.

ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca. **Da economia social para a economia solidária**. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia Social e Solidária) – Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11388>. Acesso: 10 set. 2021.

ANDRADE, Laís Melo. **A Economia Solidária como uma Questão de Empoderamento da Classe de Baixa Renda**. VIII Semana de Economia, Políticas Públicas para o Desenvolvimento, 16 a 18 de outubro de 2018.

ANJOS, Eliene Gomes. Para onde caminham as cooperativas de trabalho da economia solidária? Uma análise baseada nos mapeamentos dos empreendimentos solidários. **Otra Economía**, v. 10, p. 18, p. 112-124, 2016.

ASSIS, Camila Vieira da Silva. **Mulheres Negras, Opressões, Feminismo Negro e Entretenimento**. VI Seminário CETROS, Crise e Mundo do Trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora, UECE, 22 a 24 de agosto de 2018.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BEZERRA, Fabiana Correia; CHACON, Suely Salgueiro; GONÇALVES, Jaqueline dos Santos; BARRETO, Polliana de Luna Nunes. **A economia criativa como estratégia para desenvolvimento sustentável**. II Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento-CEURCA. Universidade Regional do CaririURCA, Crato-Ceará-Brasil, 2007.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BONUMÁ, Helena. **As Mulheres e a Economia Solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Caderno Pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu, Unicamp, v. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. **Conferência temática de cooperativismo social**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4A5E01F7014A9C26F0A037A7/Caderno%20Tem%C3%A1tico%20-%20CONFER%C3%8ANCIA%20COOPERATIVISMO%20Social.pdf>. Acesso em: 11 set. 2021.

CAMARGO, Thelma de Ávila. Comunidade negra no contexto socioeconômico e histórico de Pelotas. **Revista Africana e Africanidades**, v. 8, n. 20, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Trazer a negritude ao novo feminismo. **Jornal “Mulherio”**, n. 21, p. 17, abril/maio, 1988.

_____. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: **ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.)**. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, p. 49-58, 2003.

_____. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CIDADANIA E VIDA, Grupo. **Horta orgânica: Semeando a cidadania**. Pelotas, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016.

_____. Epistemologia feminista negra. In: COSTA, J.B.; TORRES, N.M.; GROSGUÉL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2 ed. Coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

_____. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. Cambridge, UK, Malden, MA: Polity Press, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

_____. **A interseccionalidade na discriminação de raça e de gênero**. Em Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2012.

DAMASCO, Mariana Santos. **Feminismo Negro: Raça, Identidade e Saúde Reprodutiva no Brasil (1975-1996)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) - Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas**. 1 ed., Porto Alegre: Marcavizual, 2013.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GALEOTTI, Anna Elisabetta. Cidadania e diferença de gênero. O problema da dupla lealdade. In: BONACCHI, G.; GROPPI, A.Ângela (Org.). **O dilema da**

cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: UNESP, p. 235-262, 1995.

GARCIA, Maria Luiza Rossano. **Políticas públicas raciais para os negros no Brasil: um ensaio do trabalho da/o assistente social na garantia de direitos.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONÇALVES, Marco Antônio. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. In: GONÇALVES, M.A.; CARDOSO, V.; MARQUES, R. (Org.). **Etnobiografia: subjetividade e etnografia.** Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 12-37, 2012.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **O Movimento Negro na Última Década.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GOSDAL, Thereza Cristina. **Discriminação da Mulher no Emprego.** Curitiba: Genesis, 2003

GROSSI, Patrícia Krieger; AGUINSKI, Beatriz Gerthenson. Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra mulheres nas relações conjugais. In: GROSSI, P.; VERBA, G. (Orgs.). **Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de esquecer.** Porto Alegre: EDIPUCRS. p. 9-45, 2001.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, [2000 – 2009].

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. A questão multicultural: Quando foi o pós-colonial? In: **Da diáspora. Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 51-128, 2003.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos feministas**, v. 3, n. 2/95, p. 464-478, 1995.

KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 117-141, 1994.

LEAL, Kamila Soares; RODRIGUES, Marilsa de Sá. Economia Solidária: Conceitos e Princípios Norteadores. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 5, n. 11, p. 210-219, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C.L.G.; CASTRO, P.A. (Orgs). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, p. 49-83, 2011.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1974.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONQUELAT, Adão. **Se Pelotas não inventou o charque, o charque e a escravidão inventaram Pelotas**. Caderno Dia do Patrimônio: a herança cultural negra, Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas, 2014.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, A.D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, p. 205-211, 2003.

OGBU, John Uzo. Origins of human competence: A cultural-ecological perspective. **Child Development**, v. 52, n. 2, p. 413–429, 1981.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. Mulheres na Economia Solidária: Possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 325 a 332, 2008.

PASTORAIS SOCIAIS. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**, 2021. Disponível em: <https://cnbboeste1.org.br/atuacao/pas>. Acesso em: 15 ago. 2021.

PEREIRA, Edilene Machado. **A vivência de mulheres em cargos executivos em grandes empresas**: uma análise interseccional das desigualdades de gênero e de raça. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, UNESP, São Paulo, 2015.

PINTO, Giselle. **Situação das mulheres negras no mercado de trabalho**: uma análise dos indicadores sociais. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú (MG), de 18 a 22 setembro de 2006.

PRADO, Marco Aurélio; TONELI, Maria Juracy. Política e sujeitos coletivos: Entre consensos e desacordos. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 351-357, 2013.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. IN: GUIMARÃES, A.S.A; HUNTLEY, L. **Tirando a máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, p. 237-257, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS-DUISEMBERG, Edna dos Santos. Economia criativa: Uma opção de desenvolvimento viável? In: REIS, A.C.F. (Org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento/organização**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

SANTOS, Natália Neris da Silva. Ideologia do branqueamento, ideologia da democracia racial e as políticas públicas direcionadas ao negro brasileiro. **Revista Urutaguá - acadêmica multidisciplinar**, DCS/UEM, n. 19, 2009.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Oficina Nacional de Formação. **1º Plano Nacional de Economia solidária (2015- 2019)**. Brasília: SENAES/MTE, 2015.

SILVA, Gleyce Mailly da. **Empreendimentos sociais, negócios culturais: uma etnográfica das relações entre economia e política a partir da Feira Preta em São Paulo**. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2017.

SILVA, Lúcia Isabel da Conceição; MORAIS, Eduardo Silva de; SANTOS, Mateus Souza dos. COVID-19 e população negra: desigualdades acirradas no contexto da pandemia. **Revista Thema**, v. 18, p. 301-318, 2020.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B.S.S. (Org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

VASCONCELOS, Ana Paula Souza; DA SILVA, Bárbara Elizabete Rodrigues; SANTOS, Maria Caroline Siqueira; GOIS, Viviane Mota. A importância do Movimento das Mulheres Negras e suas principais conquistas de desafios na atualidade. **Ciências Humanas e Sociais**, v. 6, n. 3, p. 261-270, 2021.

Anexos

Anexo I – Data de aniversário de 48 anos do grupo que saiu no diário popular de 2011.

Quarta-feira, 18 de maio de 2011 Cidade • 11

TRABALHO E INCLUSÃO SOCIAL

Grupo **Cidadania** completa 48 anos (2011)



UMA das feiras realizadas pelo Grupo

O Grupo Cidadania e Vida da Paróquia Nossa Senhora da Luz, completou 48 anos, no último domingo, dia 15, e está preparando sua comemoração para a próxima quinta-feira, dia 19 de maio, no salão paroquial. Neste dia, quatro grupos de semelhante trabalho assistencial, se reunirão para uma oficina de produção de produtos de limpeza. “Esta será a nossa comemoração”, fala com entusiasmo Ana Maria Soares da Silva coordenadora do grupo, desde a sua fundação.

São 48 anos de trabalho filantrópico cujo único interesse é a promoção da vida, da inclusão social e da cidadania. Ana Maria e as demais colaboradoras desenvolvem cursos e oficinas, junto ao grupo que atende hoje, uma média de 20 famílias em estado de vulnerabilidade social. “Oferecemos através destes cursos a chance para que eles aprendam e usufruam dos seus direitos sociais e tenham acesso a uma renda, por pequena que ela seja, damos aqui, o primeiro passo”, salienta a coordenadora.

Os integrantes (mulheres e homens) aprendem, entre outros, restauração de roupas, confecção de sacolas, bordado, costura, pintura em tecido, produção de produtos de limpeza, e principalmente, aprendem a vender a produção de forma solidária, repartindo o lucro obtido.

Entre os trabalhos mais recentes, está a confecção de edredons, os quais são vendidos na feira de economia popular solidária que acontece todos os meses, em frente a Universidade Católica de Pelotas, e também no salão paroquial. Ana Maria destaca que os cursos, são oferecidos por pessoas voluntárias, que se propõe a praticar os ensinamentos de Jesus Cristo. “Jesus disse que veio para que todos tenham vida, e vida em abundância, e ao darmos uma melhor perspectiva de vida para estas dezenas de mulheres, e homens e suas famílias, estamos colocando em prática o que Ele nos ensinou”, enfatiza.

Quem desejar conferir o trabalho do Grupo Cidadania e Vida, e de outros 50 grupos que praticam a economia solidária, é só ir na feira Bem da Terra. A feira acontece sempre as primeiras terças-feiras de cada mês, em frente a Universidade Católica de Pelotas. Ou no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora da Luz.

PRÓXIMAS FEIRAS:

Dia 7 de Junho, na Gonçalves Chaves, 373, em frente à UCPEL.

Dia 9 de Junho, no salão paroquial, Rua Padre Anchieta, 3560.

Quem quiser mais informações ou colaborar com o grupo, pode entrar em contato com a Ana Maria pelo telefone 3225.4786 ou 9138.4031.

Anexo II - Regimento interno da Feira Solidária Bayo, do qual o Grupo Cidadania e Vida faz parte.

**REGIMENTO INTERNO DA
FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA BAYO - FESB – CÁRITAS
ARQUIDIOCESANA DE PELOTAS**

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO E DA CONSTITUIÇÃO**

ARTIGO 1º - A Feira de Economia Solidária Bayo (FESB), constituída em 11 de novembro de 2017, rege-se pelo presente Regimento Interno.

§ 1.º Esta feira, articulada pela Cáritas Arquidiocesana de Pelotas, denominou-se Bayo por ser uma palavra africana que significa "um novo caminho".

§ 2.º A sede da FESB acompanhará sempre o endereço da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas.

§ 3.º Compuseram originalmente a FESB os seguintes empreendimentos de economia solidária: Grupo Agroecológico São Domingos, Grupo Cidadania e Vida, Rede de Artesanato Quilombola (Maçambique, Raízes Negras e Vó Elvira), Aldeia Kaingang região Cascata.

§ 4.º A área de abrangência para admissão na FESB de novos grupos de economia solidária é a da Arquidiocese de Pelotas, abarcando as seguintes áreas pastorais: Pelotas, Canguçu e Jaguarão.

ARTIGO 2º - A FESB foi constituída com o propósito de construir um espaço permanente de interlocução, articulação, formação, debate e proposição de trabalhos, políticas públicas e de geração de renda, além de troca de saberes e experiências acerca da ECOSOL. Se fundamenta no respeito à igualdade de direitos de gênero, raça e etnia, a partir de grupos organizados inicialmente pela Cáritas e Pastorais Sociais da Arquidiocese de Pelotas. A FESB se constitui de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) de trabalhadores urbanos e rurais, em consonância com os princípios da Economia Solidária e os objetivos dos Foruns Regional, Gaúcho e Brasileiro de ECOSOL.

§ 1.º A Cáritas acredita e aposta na economia do bem viver, da cooperação, da autogestão, da democracia, da solidariedade, do respeito à natureza, da promoção da dignidade e da valorização do ser humano. Sendo assim, entende que a economia solidária é uma estratégia de enfrentamento e superação da exclusão social e da precarização das relações de trabalho, sustentadas em formas coletivas, justas e solidárias de geração de trabalho e renda.

§ 2.º Participam da FESB grupos de produção que respeitem os princípios da economia solidária e dos Direitos Humanos, incluindo igualdade de gênero e de

raça, respeito à diversidade cultural, à sustentabilidade ambiental e à liberdade de crença. Participa também a Cáritas Arquidiocesana de Pelotas como entidade de apoio e articulação.

I – Entende-se por EES, dentro da articulação da FESB, cooperativas, associações e grupos informais de produção, que se caracterizam e se identificam como empreendimentos autogestionários e regidos pelos princípios da Economia Solidária.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

ARTIGO 3º - Objetivo geral: A FESB tem o objetivo de reunir os EES de trabalhadores rurais e urbanos e a Cáritas como entidade apoiadora para discutir e formular propostas alternativas de trabalho, produção, comercialização, geração de renda e consumo, a partir de relações solidárias coletivas, sustentáveis ambiental e socialmente e prezando pelo desenvolvimento humano.

ARTIGO 4º - Objetivos específicos:

I - Proporcionar um espaço fixo de comercialização, na sede da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas, para os empreendimentos que fazem parte da FESB;

II - Viabilizar a comercialização em comum da produção em espaços alternativos nos mercados locais e regionais.

III - Proporcionar formação técnica aos EES para aprimoramento e melhoria na qualidade de produção e gestão dos empreendimentos;

IV - Proporcionar formação sobre os princípios e normas da ECOSOL e da Cáritas para os grupos integrantes;

V - Subsidiar os grupos integrantes sobre o enquadramento formal nas leis locais, regionais e nacionais que incidem sobre a comercialização dos produtos, de acordo com as especificidades de cada um (alimentação, produtos de higiene e limpeza, hortifruti, artesanato, panifícios, etc.).

VI - Mediar relações entre os grupos integrantes e os órgãos estatais e outras entidades da sociedade civil.

VII - Defender a manutenção e expansão das políticas públicas de ECOSOL na área de abrangência, no RS e no Brasil.

VIII - Proporcionar espaços de convivência e trocas de experiência, por meio das feiras e reuniões, entre os grupos integrantes, fortalecendo valores e princípios humanitários e solidários.



CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

Artigo 5º – A Feira Bayo assim se organiza:

§ 1.º Com uma assembleia ordinária mensal, na qual podem participar todos os integrantes cadastrados da Feira, para discussão e deliberação, a qual acontecerá no primeiro dia de feira do mês.

§ 2.º - Com um Comitê Gestor composto por um(a) representante da Cáritas e mais 05 (cinco) representantes de EES, sendo que cada EES pode participar com apenas 01 (um) representante.

§ 3.º - Os componentes do Comitê Gestor se dividirão nas seguintes Comissões:

1 – Comissão de Organização e Formação, com as seguintes funções:

- a) Coordenar as reuniões e assembleias
- b) Encaminhar as deliberações das Assembleias e reuniões;
- c) Planejar atividades de formação para os integrantes da Feira
- d) Realizar atividades de secretaria e arquivo da Feira

2 – Comissão de Comercialização e Divulgação, com as seguintes funções:

- a) Organizar as feiras semanais no espaço cedido pela Cáritas;
- b) Buscar espaços alternativos de comercialização conjunta para os empreendimentos da Feira Bayo
- c) Fazer contatos e articulações para a participação da Feira em eventos
- d) Divulgar sistematicamente as feiras pelos mais variados meios de comunicação disponíveis
- e) Providenciar materiais para a divulgação das atividades da Feira.

§ 4.º - Os integrantes do Comitê Gestor serão escolhidos anualmente em assembleia, sendo da responsabilidade de cada empreendimento a escolha de seu representante e respectivo suplente.

CAPÍTULO IV

DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

ARTIGO 6º - São critérios para participar da Feira bayo:

§ 1.º Para os EES:

- Preencher uma ficha de inscrição, solicitando o ingresso de seu empreendimento na Feira;

II – A inscrição está sujeita à avaliação e aprovação do Comitê Gestor da Feira;

III – O Coordenador do EES deverá providenciar a credencial de identificação dos participantes do seu empreendimento;

IV – Os produtos devem ser produzidos de forma artesanal, ou de agroindústria, dentro dos Princípios da ECOSOL;

V – Os produtos devem ser do EES, nunca de terceiros.

§ 1.º Nas Assembleias ordinárias e extraordinárias todos os participantes devidamente inscritos na Feira terão direito a voz;

§ 2.º Nas Assembleias ordinárias e extraordinárias somente terão direito a VOTO os participantes dos EES, sendo que, cada EES terá direito a 1 (um) VOTO, através da pessoa do seu coordenador ou seu delegado.

§ 3.º Cada EES repassará 2% do faturamento para um Fundo de manutenção da FESB

ARTIGO 7º - Para integrar a Feira os EES devem passar pela aprovação do conselho gestor.

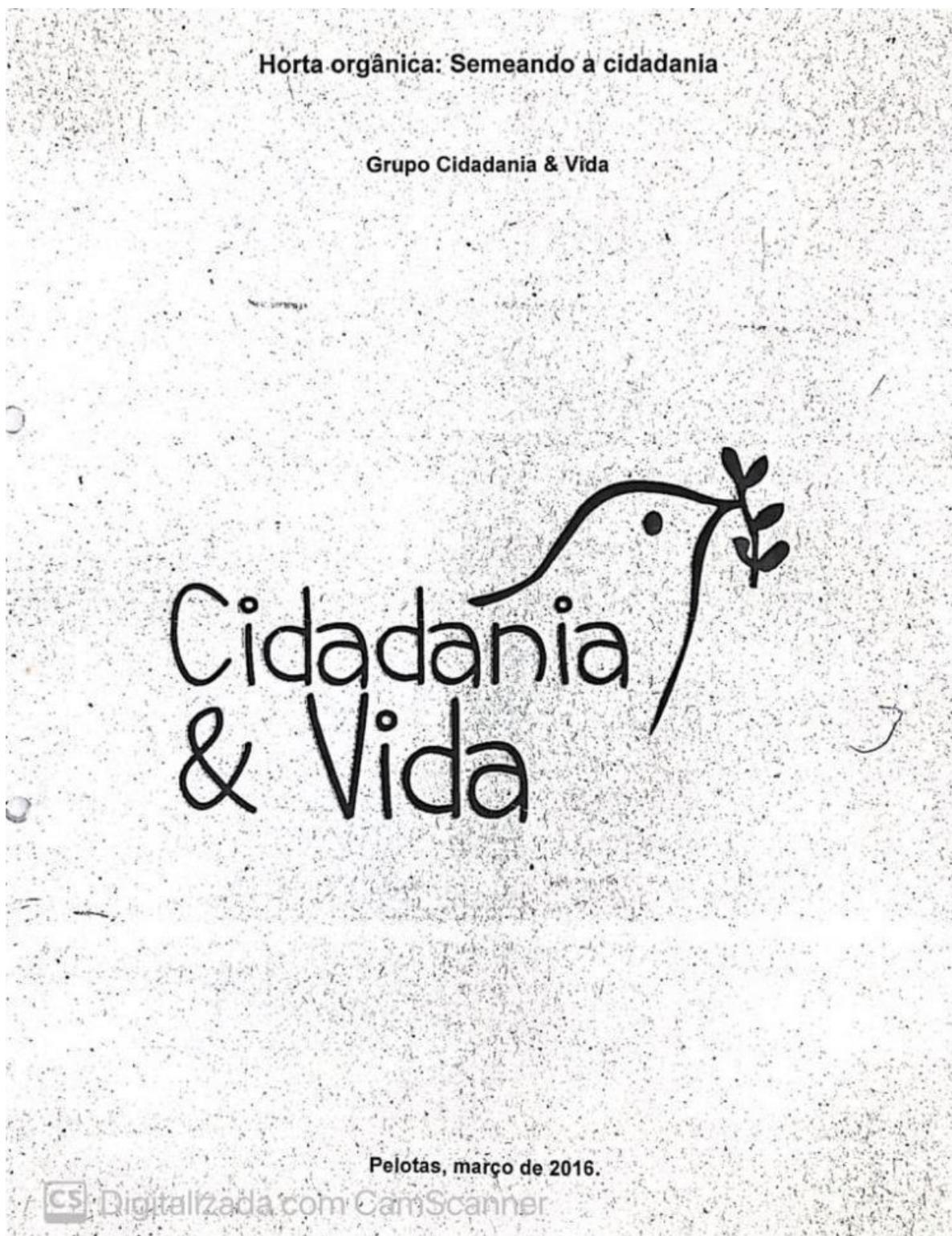
§ 1.º O EES credenciado na Feira Bayo deve participar em no mínimo 02 (dois) dias de Feira por mês.

§ 2.º O EES que não se fizer presente em 03 (três) dias de Feira, sem justificativa, perderá o direito ao seu espaço de exposição na Feira.

§ 3.º O prazo para justificar as faltas perante a organização da Feira será de 24 hrs de antecedência da próxima Feira.

§ 4.º Os EES deverão atualizar o cadastro dos seus integrantes a cada 12 (doze) meses, ou sempre que houver alguma mudança.

Anexo III - Projeto Horta orgânica: Semeando a cidadania escrito pelo Grupo Cidadania e Vida para captação de recursos em março 2016.



2. Apresentação sintética do projeto: O que vai ser feito? Por que, com quem, como e onde?

O projeto "Horta orgânica: semeando a cidadania" será uma das frentes de trabalho do grupo Cidadania e Vida, sediado na comunidade eclesial de base Sagrada Família. O objetivo do projeto é a criação de uma horta, através da produção agroecológica, executada por membros do grupo Cidadania e Vida e do Grupo Caridade, e também de pessoas da comunidade religiosa e moradores do bairro que tenham interesse em participar.

A demanda surge da existência de um terreno ocioso nos fundos da igreja, bem como da percepção do grupo acerca da necessidade de realizar ações integradoras entre o próprio empreendimento, a comunidade religiosa e a vizinhança. Além disso, algumas integrantes do grupo já participaram da execução de um projeto que implementou uma horta coletiva no bairro Bom Jesus.

O objetivo é de que as hortaliças, frutas e ervas medicinais produzidas no local sirvam para o consumo dos participantes do projeto, como insumos para a produção artesanal das essências e tinturas para a fabricação de sabão e sabonete, e, caso haja excedente, para a comercialização no âmbito da comunidade católica.

Junto à construção da horta o grupo deseja desenvolver um mecanismo de captação da água da chuva, que poderá ser utilizada na horta e também na limpeza do ambiente.

O grupo Cidadania e Vida, inserido em espaços da economia solidária da região, tradicionalmente funciona através da autogestão. Também no projeto "Horta orgânica: semeando a cidadania" funcionará dessa forma. Os dias de produção, a divisão do trabalho, a destinação da produção e a divisão de eventuais resultados econômicos serão questões discutidas e decididas coletivamente entre os participantes.

Anexo IV - Coordenadora Marilda, segurando um cacho de banana colhido na horta do grupo. Fonte: Grupo do WhatsApp, 2021.

